

**Ata da Reunião Ordinária do dia 01 de dezembro de 2008.....Ata 53**

**Presidente Vereador Luiz Leite;** havendo quorum regimental e sob a proteção de Deus declaro abertos os trabalhos da presente reunião ordinária da câmara municipal de Carazinho do dia 01 de dezembro de 2008, convido o Vereador João Batista para proceder à leitura de um trecho da Bíblia e que todos se posicionem em pé; (leitura de um trecho da Bíblia); coloco em apreciação a ata da reunião ordinária do dia 24 de novembro de 2008, está em discussão, não havendo vereador que queira discutir colocamos em votação, vereadores favoráveis permaneçam como estão os demais que se manifestem, aprovada a ata da reunião ordinária do dia 24 de novembro de 2008 por unanimidade, convido ao senhor secretario para proceder à leitura do expediente da presente reunião ordinária; **Secretário Vereador Adroaldo De Carli;** Expediente Reunião Ordinária do Dia 1º de dezembro de 2008. Of. 195/08 do Executivo Municipal, encaminhando projeto de lei complementar nº 012/08, o qual dispõe sobre o plano diretor do município de Carazinho. Of. 196/08 do Executivo Municipal, encaminhando projeto de lei nº 155, o qual autoriza abertura de crédito suplementar no orçamento de 2008, no valor de R\$ 471.178,46. Of. 197/08 do Executivo Municipal, encaminhando projeto de lei nº 156, o qual autoriza concessão de auxílio financeiro para entidades. Of. 198/08 do Executivo Municipal, encaminhando projeto de lei nº 157, o qual autoriza abertura de crédito suplementar no orçamento da Câmara Municipal, no valor de R\$ 13.000,00. Curso de Processo Legislativo, dias 17, 18 e 19 de novembro, em POA. Curso de Técnica de elaboração de editais para Licitações. Dia 16 e 17 de novembro. Curso de sistema de compras governamentais. De 03 a 05 de dezembro em POA. Telegrama do Ministério da saúde, informando liberação de recursos financeiros para pagamento de diversos programas, no valor de R\$ 234.854,00. Of. da Fepam, em resposta ao OD 1525/08, requerimento de autoria do Vereador Cláudio Santos, informando que o processo 12448-0576/08-9 encontra-se em análise. Sibram convida para Ciclo de Palestras sobre o município como promotor do desenvolvimento econômico. De 02 a 05 de dezembro de 2008. Of do Sindicato dos Bancários, solicitando espaço no grande expediente da reunião do dia 15 de dezembro para uma homenagem a João Alcindo Dill Pires, bancário inativo do Banco do Brasil, e líder sindical do Sindicato dos Bancários de Carazinho, seria esse senhor presidente o expediente para a presente reunião; **Presidente Vereador Luiz Leite;** passamos agora para a leitura das indicações, requerimentos e moções apresentadas pelos senhores vereadores que irão a apreciação e votação essa noite; **Secretário Vereador Adroaldo De Carli;** indicações apresentadas pelos senhores vereadores na noite de hoje: 2374/1140/08, ofício ao Senhor Prefeito Municipal, solicitando que o mesmo DETERMINE ao setor responsável seja realizado o patrolamento da Rua AFONSO BRANDA, bairro ESPERANÇA, atendendo a solicitação dos moradores que lá residem, pois a mencionada via pública encontra-se em péssimas condições de trafegabilidade, Vereador Paulino de Moura – PTB; 2375/1141/08, ofício ao Senhor Prefeito Municipal solicitando que determine ao setor competente sejam recolhidos os entulhos verdes, terra e construção localizados na AVENIDA SÃO BENTO, nas proximidades do nº 836, no bairro GLÓRIA, eis que os mesmos encontram-se na rua, atrapalhando o fluxo dos veículos que por lá trafegam, Vereador Paulino de Moura – PTB; 2376/1142/08, Reintegra novamente para que a Secretaria de Obras realize com urgência reperfilagem asfáltica em toda extensão da Rua Senador Salgado Filho localizada entre os Bairros Conceição e São Jorge, Vereador Adroaldo De Carli – PMDB; 2377/1143/08, Solicita para que a Secretaria de Obras realize trabalhos de recolhimento de entulhos e limpeza ao longo da extensão da Rua Humberto Campos, localizada no Bairro Princesa. Solicitação dos pedestres e moradores, Vereador Adroaldo De Carli – PMDB; 2378/1144/08, Solicita para que a Secretaria de Obras realize melhorias no trecho do calçamento da Rua Dom João Becker, localizada no Bairro São Pedro. Solicitação dos moradores e motoristas, Vereador Adroaldo De Carli – PMDB; 2379/1145/08, O Vereador abaixo assinado solicita que após lida em plenário, e deferida na forma regimental, seja enviado ofício ao Senhor Prefeito Municipal, para que determine a Secretaria de Obras que execute trabalhos de limpeza dos meio fios e canteiros da Av Pátria no bairro Sommer trecho compreendido entre a Brigada Militar e o Posto Latina. Solicitação dos moradores; para que determine a Secretaria de Obras que execute trabalhos do calçamento da Rua Gabriel Prompt no bairro Medianeira. Solicitação dos moradores; para que determine a Secretaria de Obras que execute trabalhos de conserto do calçamento na Rua Humberto Campos, pois se encontra em péssimas condições de trafegabilidade. Solicitação dos moradores; para que determine a Secretária de Obras que execute trabalhos de calçamento ou asfaltamento na Rua Selbach no bairro Cantares, pois se trata de um corredor de ônibus e beneficiaria muito a população que reside no referido bairro; para que determine a Secretária de obras que execute trabalhos para nivelamento do asfalto da Rua Ipiranga próxima a Escola CAIC em sentido a Av Pátria, pois foi aberto uma vala e os asfalto ficou irregular, podendo acarretar danos aos veículos que por ali passam ou até mesmo provocar acidentes, Vereador Vilson Paese – PDT; 2380/1146/08, Solicitando a Secretaria de Obras a realização de patrolamento, cascalhamento e compactação no final da Rua Léu Neuls, B. Alvorada, Vereador Jaime Fragoso – PSDB; 2381/1147/08, Solicitando a Secretaria de Obras a realização de tapa buracos na Rua Alberto Graeff, B. Vila Rica, Vereador Jaime Fragoso – PSDB; 2382/1148/08, Solicitando a Secretaria de Obras a realização de patrolamento, cascalhamento e compactação da Rua Leão XIII, B. Aurora, Vereador Jaime Fragoso – PSDB; 2383/1149/08, Solicitando a Secretaria de Obras a realização de operação tapa buracos na Rua Saldanha Marinho, B. Oriental, Vereador Jaime Fragoso – PSDB; 2384/1150/08, ofício ao Senhor Prefeito Municipal solicitando que determine ao setor competente sejam recolhidos os entulhos verdes, localizados na Rua SILVEIRA MARTINS, nas proximidades do nº 68, no bairro SANTO ANTÔNIO, eis que os mesmos encontram-se na rua, atrapalhando o fluxo dos veículos que por lá trafegam, Vereador Paulino de Moura – PTB; 2385/1151/08, seja enviado ofício para que determine a secretaria de obras que execute operação tapa buracos na rua Otto Albino Gherardt; que realize operação tapa-buracos na rua Saldanha Marinho; que realize operação tapa-buracos na rua Rio Branco; que realize operação tapa buracos na rua Cuiabá; que realize operação tapa buracos na rua monte alegre entre as ruas Padre Gusmão e Av. São Bento no bairro Fábio; Vereador Josélio Guerra – PMDB; 2386/1152/08, Solicitando ao Executivo Municipal que determine ao setor competente para que seja instalada em frente ao BANRISUL/CENTRO uma lixeira, atendendo assim as empresas e transeuntes que por ali circulam, Vereador Gilnei Jarré –PSDB; 2387/1153/08, O Vereador abaixo assinado solicita que

após lida em plenário e deferida na forma regimental, seja enviado ofício ao Sr. Prefeito Municipal, para que determine à Secretaria de Obras que execute trabalhos de pintura de um quebra-mola na Rua Minuanos, frente a residência número 500. Solicitação dos moradores da rua; seja enviado ofício ao Sr. Prefeito Municipal, para que determine à Secretaria de Obras que execute trabalhos de reparos na pavimentação asfáltica da rua Polidoro Albuquerque, em frente a escola CAIC. Tal solicitação vem em decorrência da grande quantidade de buracos na referida rua; para que determine à Secretaria de Obras que execute trabalhos de reparos no calçamento na Rua Humberto Campos. Solicitação dos moradores da rua; para que determine à Secretaria de Obras que execute trabalhos de patrolamento, cascalhamento, compactação e limpeza da rua Afonso Branda, no bairro Esperança. Tal solicitação vem em decorrência da grande quantidade de buracos na rua, Vereador Luiz Leite – PDT; seriam essas as indicações apresentadas pelos senhores vereadores; Requerimentos: 2388/617/08, O Vereador abaixo subscrito requer, na forma regimental, que depois de ouvido o Plenário e com a aprovação dos senhores Edis, seja enviado ofício do Poder Legislativo de Carazinho ao Excelentíssimo Presidente da República, Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, ao Excelentíssimo Presidente do Senado Federal, ao Excelentíssimo Presidente da Câmara dos Deputados, aos Líderes de Bancada no Senado e na Câmara Federal, manifestando total apoio desta Casa Legislativa, a aprovação do Projeto de Lei nº 317/08 de autoria do Senador Expedito Júnior, que recebeu Emenda do Senador César Borges, estabelecendo um teto de R\$ 15 mil anuais para as deduções com aluguel, restrito a um único imóvel residencial, ocupado pelo próprio contribuinte. Para o senador César Borges (PR-BA), autor da modificação e do relatório, a inexistência de um limite de dedução poderia beneficiar os contribuintes de renda mais alta, "possibilitando que menos imposto fosse pago quanto maior fosse a despesa com aluguel". No texto da emenda, ele também justificou como essencial que o benefício ficasse restrito a um único imóvel, utilizado como moradia da família, para evitar a inclusão de deduções com casas de veraneio. Somos totalmente favoráveis à aprovação deste Projeto, pois conforme a própria justificativa do autor do Projeto "a moradia é um direito social assegurado pela Constituição e sistematicamente negligenciado pelo poder público." Certamente a dedução no Imposto de Renda de despesas com aluguel de imóvel residencial, contribuirá para o cumprimento desse princípio constitucional, "já que o gasto com moradia é um dos itens mais significativos da despesa familiar". Sabemos que há integrantes do governo que se dizem temerários em aprovar a matéria sem conhecer o real impacto que terá sobre a arrecadação, pois, segundo eles, a isenção defendida pode comprometer receitas e, no final, acabar prejudicando as transferências para estados e municípios - já que o Imposto de Renda, ao lado do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), compõe a base dos fundos de participação, mas há de se pensar também em quantos milhões de brasileiros serão beneficiados com esta medida, pois cabe aos representantes da população que os escolheu também defender seus interesses e não só os do governo, sem falar que nesta faixa de aluguel, estaria uma maioria de brasileiros já isentos do Imposto de Renda, não havendo tantas perdas assim para o governo, VFS – Pd; 2389/618/08, MESA DIRETORA: autorize a cedência das dependências da Câmara Municipal (plenário) ao MOVIMENTO DE APOSENTADOS, PENSIONISTAS e futuros aposentados, para a realização de "VIGILIA" em apoio ao Congresso Nacional no que diz respeito à PREVIDÊNCIA NACIONAL DOS APOSENTADOS, tal vigília será realizada entre o horário das 19h às 00:00h, no próximo dia 02 de dezembro do corrente exercício, Vereador Paulino de Moura – PTB; 2390/619/08, O vereador abaixo assinado solicita na forma regimental, que depois de aprovado em plenário, seja registrado em Ata e oficiado ao Senhor Romeu Giacomelli, Presidente da Eletrocar, que designe ao setor competente, sejam feitas melhorias na iluminação pública de um poste na Av São Bento no bairro Glória, altura do nº 836, pois constantemente a luz se apaga. Justifica-se tal solicitação devido às várias reclamações que temos recebido dos moradores deste local, bem como dos usuários desta via, todos têm reclamado da falta de iluminação o que causa insegurança justificável, e, portanto, consideramos ser de extrema necessidade e urgência, Vereador Vilson Paese – PDT; 2391/620/08, seja enviado ofício a assembléia legislativa do estado do RS, ao Exmo Senhor presidente Deputado Alceu Moreira, manifestando apoio na aprovação do projeto de lei nº 279/08 de reformulação do modelo dos pedágios do PEC?RS, Vereador Luiz Leite – PDT; ; seriam esses os requerimentos apresentados pelos senhores vereadores; moções: 2392/682/08, ofício a Senhora JUSSARA SIRENA, Diretora da RÁDIO DIÁRIO AM de nosso Município, CUMPRIMENTANDO pela passagem dos seis anos de fundação, transcorrido no último dia 27 de novembro. Em nome do PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CARAZINHO, os nossos PARABÉNS a Direção e profissionais que atuam nesta Emissora prestando bons serviços à comunidade carazinhense e região, Vereador Paulino de Moura – PTB; 2393/683/08, O Vereador abaixo assinado solicita que, depois de ouvido o Plenário, seja enviado ofício do Poder Legislativo de Carazinho ao Sr. Anselmo Souza, cumprimentando-lhe por ter sido agraciado com a Medalha do Mérito Farroupilha em solenidade realizada no salão Julio de Castilhos do Palácio Farroupilha no último dia 25 de novembro. Anselmo Souza é um entre tantos heróis anônimos do esporte brasileiro, e mesmo anônimo seu exemplo de vida mostra que é um homem determinado, que encara os desafios da vida com o afincado necessário para vencer cada nova prova e chegar assim a atingir sua meta dos 1000 troféus e medalhas. Parabéns Anselmo Souza, por superar a dor da caminhada, conquistando todos estes troféus em mais de meio século de dedicação ao esporte, superando desafios, prolongando a vida com distinção, audácia e muita determinação. Receba então o reconhecimento do Poder Legislativo Municipal de Carazinho, que muito orgulha-se por fazer parte de mais esta conquista, Vereador Felipe Sálvia – PDT; 2394/684/08, O Vereador abaixo assinado solicita na forma regimental, que após submetido ao plenário para aprovação, seja enviado ofício parabenizando a Rádio Diário AM - 780, na pessoa da Sra. Diretora Jussara Alberton Sirena, pelos 06 (Seis) anos de fundação e investimentos da rádio no município. Localizada na Rua Pedro Vargas, 846, Bairro Centro. Nossos parabéns a toda direção, funcionários pelo sucesso do crescimento da rádio no nosso município e levando a informação de qualidade aos lares carazinhenses, além de proporcionar programas musicais que envolvem aos ouvintes das mais variadas idades, Vereador Adroaldo De Carli – PMDB; 2395/685/08, O Vereador abaixo assinado solicita na forma regimental, que após submetido ao plenário para aprovação, seja enviado ofício parabenizando a Junior Chamber Internacional – Federação Mundial de Jovens Líderes e Empreendedores - JCI Carazinho, na pessoa da Senhorita Presidente eleita Cristiane Rohde, pela cerimônia de posse do Conselho Diretor de 2009, realizada no dia 28 de

novembro de 2008 nas dependências da sua sede. Nossos Parabéns a toda diretoria pelo excelente trabalho desenvolvido em prol da comunidade carazinhense, Vereador Adroaldo De Carli – PMDB; 2396/686/08, O Vereador abaixo assinado solicita na forma regimental, que após submetido ao plenário para aprovação, seja enviado ofício parabenizando a Imobiliária Dega Imóveis, na pessoa do Sr. Proprietário Luis Fernando Muneroli, pelos 15 (Quinze) anos de fundação e investimentos da imobiliária no município, com atividade econômica na prestação de serviços e no ramo de atividades na intermediação na compra e venda de imóveis, administração de locações comerciais, residências. Localizada na Rua Pedro Vargas, 877, Bairro Centro. Nossos parabéns a toda direção, funcionários pelo sucesso do crescimento da imobiliária no nosso município, Vereador Adroaldo De Carli – PMDB; 2397/687/08, O Vereador abaixo assinado solicita na forma regimental, que após submetido ao plenário para aprovação, seja enviado ofício parabenizando a Empresa Split House, na pessoa do Sr. proprietário Fernando Rhoden, pelos 08 (Oito) anos de fundação e investimentos da empresa no município, com atividade econômica na prestação de serviços e no ramo de atividades em comércio varejista máquinas e equipamentos de ar condicionados. Localizada na Avenida Flores da Cunha, 970, Bairro Centro. Nossos parabéns a toda direção, funcionários pelo sucesso do crescimento da empresa no nosso município, Vereador Adroaldo De Carli – PMDB; 2398/688/08, O Vereador abaixo assinado solicita na forma regimental, que após submetido ao plenário para aprovação, seja enviado ofício parabenizando a Concessionária Rodoviária do Planalto S/A - Coviplan, na pessoa do Sr. Gerente José Luiz Espanhol, pelos 10 (Dez) anos de investimentos da Coviplan no município, com atividade econômica na prestação de serviços e no ramo de atividades cobrança de pedágio, manutenção de rodovias, exploração complexo rodoviário pólo de Carazinho. Localizada na Avenida Flores da Cunha, 4450, Bairro Borgheti. Nossos parabéns a toda direção, funcionários pelo sucesso do crescimento da empresa no nosso município, Vereador Adroaldo De Carli – PMDB; 2399/689/08, O Vereador abaixo assinado solicita na forma regimental, que após submetido ao plenário para aprovação, seja enviado ofício parabenizando a Revista Contato Vip, na pessoa da Sra. Diretora Rosemara Toledo, pelos 18 (Dezoito) anos de atuação no mercado editorial do RS, responsável pela edição do guia telefônico local, livros e publicações diversas. A sede da revista Contato Vip está localizada na Rua Venâncio Aires, 490 no Bairro Centro. Nossos parabéns, pois a revista tem sido ponto de referência para pessoas que residiram em Carazinho e é a companheira inseparável que registra momentos mais importantes da grande família leitora, Vereador Adroaldo De Carli – PMDB; 2400/690/08, O Vereador abaixo assinado solicita na forma regimental, que após submetido ao plenário para aprovação, seja enviado ofício parabenizando o Escritório de Contabilidade Momberger, Hoffmann & Cia Ltda, na pessoa do Sr. Sócio-gerente Valdir Momberger, pelos 07 (Sete) anos de fundação e investimentos do escritório no município, com atividade econômica na prestação de serviços e no ramo de atividades em serviços de contabilidade, assessoria empresarial e auditorias. Localizado na Rua Venâncio Aires, 600 sala 02, Bairro Centro. Nossos parabéns a toda direção, funcionários pelo sucesso do crescimento do escritório no nosso município, Vereador Adroaldo De Carli – PMDB; 2401/691/08, O Vereador abaixo assinado solicita na forma regimental, que após submetido ao plenário para aprovação, seja enviado ofício parabenizando a Mânica Corretora de Seguros, na pessoa do Sr. Sócio-proprietário Leonir Mânica, pelos 17 (Dezessete) anos de fundação e investimentos da corretora no município, com atividade econômica na prestação de serviços e no ramo de atividades em seguros de automóveis, empresariais, vida e previdência. Localizado na Avenida Flores da Cunha, 3459, Bairro Broecker. Nossos parabéns a toda direção, funcionários pelo sucesso do crescimento da empresa no nosso município e região, Vereador Adroaldo De Carli – PMDB; 2402/692/08, O Vereador abaixo assinado solicita na forma regimental, que após submetido ao plenário para aprovação, seja enviado ofício parabenizando a Moto Sport Yamaha, na pessoa do Sr. Sócio-proprietário Luiz Butzke, pelos 05 (Cinco) anos de fundação e investimentos da empresa no município, com atividade econômica na prestação de serviços e no ramo de atividades em comércio de motocicletas, produtos e serviços. Localizada na Avenida Flores da Cunha, 3598, Bairro Broecker. Nossos parabéns a toda direção, funcionários pelo sucesso do crescimento da empresa no nosso município e região, Vereador Adroaldo De Carli – PMDB; 2403/693/08, O Vereador abaixo assinado solicita na forma regimental, que após submetido ao plenário para aprovação, seja enviado ofício parabenizando a Empresa Scapini Transporte e Comércio Ltda, na pessoa do Sr. Sócio-proprietário Valmor Scapini, pelos 13 (Treze) anos de investimentos da empresa no município, com atividade econômica na prestação de serviços e no ramo de atividades no transporte rodoviário de cargas e fretes. Localizada na Rua “C” no Distrito Industrial. Nossos parabéns a toda direção, funcionários pelo sucesso do crescimento da empresa no nosso município e região, Vereador Adroaldo De Carli – PMDB; 2404/694/08, O Vereador abaixo assinado solicita na forma regimental, que depois de submetido em plenário para aprovação, seja enviado ofício de cumprimentos a ANSELMO SOUZA que está trazendo para Carazinho a Medalha Mérito Farroupilha, Homenagem está que ocorreu na Assembléia Legislativa no dia 25.11.08 reconhecimento do povo Gaúcho a este grande Atleta. Ao ANSELMO nossas felicitações pela merecida homenagem e continue com muita garra e determinação e votos de muito sucesso a este Carazinhense que com certeza nos dará cada vez mais orgulho, Vereador Vilson Paese – PDT; 2405/695/08, O Vereador abaixo assinado solicita na forma regimental, que depois de submetido em plenário para aprovação, seja enviado ofício de cumprimentos ao Sr. PEDRO ORTAÇA um dos vencedores do Prêmio Mestre das Culturas Populares do Minc. Ao longo de seus 66 anos tem cultivado nossas tradições com muita honra e dignidade, sendo um dos pioneiro do estilo missionário e sempre esteve engajado em elevar a nível nacional a importância das nossas tradições e o orgulho que o povo gaúcho tem de suas raízes. A PEDRO ORTAÇA nossas felicitações e agradecimentos por tudo que representa ao Rio Grande do Sul, Vereador Vilson Paese – PDT; 2406/696/08, O Vereador abaixo assinado, solicita na forma regimental, que após submetido em plenário para aprovação, seja enviado ofício de cumprimentos a Rádio Diário AM, parabenizando pela passagem de seu aniversário, comemorado no dia 27 de novembro. Manifestamos nossas congratulações pelos 06 anos de atividades desenvolvidas pela Rádio Diário AM, que vem ao longo dos anos nos proporcionando informação com qualidade e eficiência. Desejamos a direção e a toda equipe de funcionários muito sucesso e que possamos comemorar muitos outros anos de vida da rádio que representa progresso e desenvolvimento a toda região, Vereador Gilnei Jarré – PSDB; 2407/697/08, O Vereador abaixo assinado, solicita na forma regimental,

que após submetido em plenário para aprovação, seja enviado ofício de cumprimentos ao jovem Guilherme Tibola, pelo destacado trabalho efetuado frente à JCI – Câmara Júnior de Carazinho, extensivo a toda diretoria. Referendando relevante trabalho realizado à frente desta instituição, e marcado pela visão empreendedora e aglutinadora, marcas pessoais que alicerçaram um eficiente trabalho de gestão. Sobretudo, enalteço o esforço incontestado em descobrir verdadeiros líderes em nossa sociedade, alargando fronteiras, mostrando a imagem de um município desenvolvido a outros estados brasileiros, ao passo em que também oportunizou visibilidade e credibilidade a esta associação, Vereador Gilnei Jarré – PSDB; 2408/698/08, O Vereador abaixo assinado, solicita na forma regimental, que após submetido em plenário para aprovação, seja enviado ofício de cumprimentos a jovem Cristiane Rohde que ora assume como Presidente da JCI – Câmara Júnior de Carazinho – Federação Mundial de Jovens Líderes e Empreendedores, extensivo a toda diretoria. Com a certeza de que mais uma vez a JCI cumpriu com a prerrogativa da criteriosa escolha de seu representante maior, congratulo-me com a entidade, desejando uma gestão exitosa, sobretudo por identificar nesta jovem capacidade e determinação, peças fundamentais que alicerçarão esta caminhada profissional, Vereador Gilnei Jarré – PSDB; 2409/699/08, O Vereador abaixo assinado solicita na forma regimental que após submetido em plenário para aprovação seja enviado ofício de cumprimentos a VITÓRIA KLAUS pelo merecido título conquistado de Glamour Simpatia 2008. Enalteçamos e reconhecemos a grandeza deste título que tão bem está representado pela beleza e carisma de Vitória, Vereador Gilnei Jarré – PSDB; 2410/700/08, O Vereador abaixo assinado solicita na forma regimental que após submetido em plenário para aprovação seja enviado ofício de cumprimentos a LÍVIA GOELLNER pelo merecido título conquistado de Glamour Baby 2008, no dia 30 de novembro do corrente, Vereador Gilnei Jarré – PSDB; 2411/701/08, O Vereador abaixo assinado solicita que, depois de ouvido o Plenário, seja enviado ofício do Poder Legislativo de Carazinho a todas as lojas e entidades que estão engajadas nesta campanha de solidariedade as vítimas da tragédia de Santa Catarina, cumprimentando-lhe pela iniciativa de iniciar em nossa cidade a Campanha, arrecadando donativos para serem destinados as vítimas desta fatalidade, em nosso estado vizinho. Infelizmente, são em momentos como este, que se pode perceber que a sensibilidade e a solidariedade do povo brasileiro vai muito além do que se pode imaginar, prova disso é esta grande corrente de doações que vai de um lado a outro do país. Nossos cumprimentos estendem-se também a cada morador de nosso município que sensibilizando-se com a situação dos moradores das cidades atingidas pelos alagamentos e deslizamentos de terra, providenciaram desfazer-se, em muitos casos, do pouco que tinham em benefício destes que hoje nada tem. Recebam então o reconhecimento do Poder Legislativo Municipal de Carazinho, que muito orgulha-se por essa demonstração de humanismo, solidariedade, união sensibilidade, amor ao próximo, Vereador Felipe Sálvia – PDT e Vereador Josélio Guerra – PMDB; seriam essas as moções apresentadas pelos senhores vereadores; **Presidente Vereador Luiz Leite;** quero cumprimentar nesse momento os servidores da casa que se fazem presentes nessa reunião ordinária, senhores vereadores, presidente do sindicato dos servidores públicos, nosso amigo Chico, demais colegas servidores públicos que aqui se encontram, amigo Silveira nosso 11º vereador, que esta sempre presente nas reuniões legislativas, De Loreno, futuro vereador eleito para a gestão 2009, demais colegas que se encontram presentes, Solinha que aqui se encontra também, suplente de vereador, que ficou entre os mais votados também nessa eleição pelo partido, o PP, e deixar registrado também mesmo que não estejam presentes, nossa imprensa que esta sempre dando Cobertura as reuniões ordinárias deste poder legislativo que daqui a pouco mais estarão presentes; **Vereador Paulino de Moura;** questão de ordem senhor presidente; **Presidente Vereador Luiz Leite;** pois não vereador; **Vereador Paulino de Moura;** até porque esta casa na segunda-feira passada aprovou um requerimento para que viesse as pessoas de Porto Alegre para trazer esclarecimento sobre os nossos pedágios, e também sobre o novo convênio e contrato que o estado fará, eu gostaria de pedir a vossa excelência, que nós marcamos com eles a partir das 19 e 30 horas, se desse para dar seqüência nos tramites da casa, e quando eles chegarem nós interrompermos, e colocar a palavra a disposição deles, seria possível isso senhor presidente; **Presidente Vereador Luiz Leite;** se os nobres colegas vereadores entenderem dessa forma e concordarem com vossa excelência não tem problema, acho que todo mundo concorda, então prorrogaremos o espaço cedido ao Doutor Paulo de Macedo Silva, presidente da Associação gaúcha de concessionárias e rodovias, que fará uso da palavra na tribuna, em convite do Vereador Paulino de Moura do poder legislativo de Carazinho, pois não vereador; **Vereador Paulino de Moura;** senhor presidente, também gostaria que as votações fossem posterior a explanação do senhor Paulo, esta bom? **Presidente Vereador Luiz Leite;** eu entendo vereador que por uma questão até de tempo, teria um intervalo até fora do regimento desta casa, nós deveremos reiniciar os trabalhos, e a hora que o senhor Paulo chegar a gente com certeza vai conceder o espaço, havendo acordo entre as lideranças foi suprimido o intervalo regimental, pois não Vereador Jaime Fragoso; **Vereador Jaime Fragoso;** como vamos continuar os trabalhos, e as votações, teria como nós inverter as votações dos projetos, depois moções e depois requerimentos, já que vai ter a explanação do representante das concessionárias; **Vereador Vilson Paese;** questão de ordem senhor presidente; **Presidente Vereador Luiz Leite;** pois não Vereador Vilson Paese; **Vereador Vilson Paese;** até para que não tenhamos que suspender a reunião no seu todo, simplesmente o palestrante virá conversar a posteriori, mas eu acho que os requerimentos e moções e tal dever ser a normalidade, a tramitação da casa; **Presidente Vereador Luiz Leite;** bem como também foi suprimido o grande expediente, nós passamos de imediato para a ordem do dia, para apreciação e votação dos requerimentos e moções apresentadas pelos senhores vereadores para essa reunião ordinária, convido o senhor secretario para proceder a leitura do numero e autor dos requerimentos que irão a votação nesta noite; **Secretário Vereador Adroaldo De Carli;** requerimento para apreciação em bloco: requerimento de nº 01 de autoria do Vereador Felipe Sálvia – PDT; nº 02 Vereador Paulino de Moura – PTB; nº 03 Vereador Vilson Paese – PDT; **Presidente Vereador Luiz Leite;** esta em discussão os requerimentos, esta em discussão, Vereador Paulino de Moura para discutir os requerimentos; **Vereador Paulino de Moura;** senhor presidente, senhores vereadores, pessoas que nos dão a honra de estar na casa do povo, ao De Loreno, muito presente, muito ouvinte, e ai De Loreno, você vai ter uma grande vantagem, porque Deus nos dá dois ouvidos para ouvir, e uma boca pra falar, o Solinha, demais pessoas, o Chico, representando o sindicato, senhor presidente, eu quero fugir um pouco da questão dos requerimentos, e dizer a vossa excelência que no dia de amanhã

nós estaremos em Chapecó, Toledo no Paraná, onde nós estaremos De Loreno e Solinha, e demais pessoas, buscando modelos de fazenda para recuperação de dependentes químicos, o que esta acontecendo no país, no estado, no município, o traficante, as pessoas que usam os jovens para oferecer as droga, estão vencendo a luta contra o bem, o mal esta vencendo esta luta, e nós preocupados que estamos e sempre estivemos, enquanto vereador nas outras legislaturas nós estamos muito preocupados, porque o que acontece, vai um jovem para uma clinica, indo para essa clinica ele recebe lá um tratamento de desintoxicação, e fica lá dois, três dias, e volta de volta para o seu município, volta para o seu estado, para o seu país, e lá ele vai conviver com as mesmas pessoas que deram ou ofereceram a droga para ele pela primeira vez, e o que eu vejo, senhor presidente, já concluirei, o que eu vejo, de imediato, eu vejo que nós temos que buscar uma fazenda para recuperação de dependentes químicos, modelo dessa fazenda, onde iremos visitar Toledo, onde nós iremos visitar em Cascavel e Chapecó, e exemplo esta aqui no Rio Grande do Sul, em lajeado, o que nós temos que fazer, em cima desta fazenda, buscar reverter a situação na palavra, buscar através da Bíblia, através de Deus que as pessoas busquem a auto-estima, porque o que acontece hoje com dependente químico, ele não quer saber mais de viver, ele não quer saber mais de andar bem arrumado, ele quer roubar as coisas de sua própria família, então ele não tem mais dignidade, como ele terá essa dignidade através da fazenda, ficará lá por nove meses, onde nesses nove meses ele vai trabalhar, ele vai produzir, ele vai buscar sua auto sustentabilidade, para sua sobrevivência, e principalmente ele recuperara sua auto-estima através do estímulo dele de receber uma oportunidade de ser inserido novamente na sociedade como um cidadão normal, porque o dependente químico, ele é tratado como um cidadão fora do processo de cidadania, ele não é tratado como um cidadão normal, porque ele é um dependente químico, Vereador Vilson Paese, mas nós precisamos urgentemente, porque não dá mais, Vereador Vilson Paese, de ver como estão os nossos jovens, eu tenho quatro filhos três meninas e um menino, e a minha preocupação é constante, eu tenho dito para eles todo final de semana que eles saem, filhos vocês tem que cuidar o que vocês bebem, vocês tem que cuidar o que vocês ganham das pessoas, porque através disso poderá se ter alguma coisa química e vai fazer você ficar viciado em alguma coisa, então nós aqui em Carazinho, e quero deixar bem claro, que esse projeto, Vereador Luiz Leite, ele é da comunidade de Carazinho, não é do Vereador Paulino de Moura, não é do poder legislativo, então tem algumas pessoas se questionando, dizendo, eu não fui convidado para ir e o projeto é meu, não, o Projeto é da sociedade, porque a pessoa que esta a reclamar, ela esta a reclamar de uma situação onde nós entendemos que ela recebia recurso para fazer esse trabalho, esse poder e esse vereador muitas vezes ele aprovou recursos de aumento aqui Vereador Felipe Sálvia, para que essa pessoa exerce lá suas funções como funcionário, CC do município de Carazinho, então quero deixar bem claro, que isso não é do Vereador Paulino de Moura, não é do poder legislativo, isso é da sociedade, e se nós estamos vereador, nós precisamos fazer alguma coisa e demonstrar que nós queremos o bem de nossa comunidade, então senhor presidente, precisava abordar esse assunto, porque eu entendo que é um assunto extremamente importante, extremamente conivente com a nossa sociedade, então eu agradeço e desculpe eu fugir do foco das discussões, muito obrigado; **Presidente Vereador Luiz Leite;** Vereador Vilson Paese para discussão dos requerimentos; **Vereador Vilson Paese;** senhor presidente, nobres colegas, amigos Presentes nessa reunião ordinária na noite de hoje, certamente estão aqui os diretores representantes da Coviplan, a gente não conhece, sejam bem vindos, tenham um a boa estada em nosso município, ao vereador eleito do PP, aos assessores que aqui se encontram, aos novos assessores, que vem para a aproxima legislatura, nossa saudação especial aos servidores da casa, Vereador Paulino de Moura, lhe acompanho na sua batalha e quero dizer a vossa excelência que o primeiro vereador a iniciar na clinica fazenda, foi o Vereador Vilson Paese, vossa excelência coloca nessa tribuna que será só uma fazenda, mas eu quero e salvo melhor juízo vereador, pelo que eu entendo de fazenda, e tu sabe que eu tive um problema muito triste comigo, problemas de adicção em drogas, por ter tido um menino adicto em drogas, então conheci muitas fazendas, mas além da fazenda, é uma clinica sim, quando recebe o adolescente, Vereador Paulino de Moura, e nobres pares, tem que haver uma desintoxicação ao natural, e ele fica, seis, cinco, quatro, dependendo a clinica, um período para desintoxicá-lo, só depois ele vai começar a participar das atividades, à parte de palestras, orientação com psiquiatra, com assistente social, com os monitores que estão lá, tem clinica que permanece três meses, outra quatro, outra seis, mas o maior resultado que acontece, para que não volte, que não recaia novamente a droga, é um ano de tratamento, queremos saudar também ao nosso amigo Luiz Espanhol, seja bem vindo nosso ex-prefeito, hoje diretor da concessionária Coviplan, aqui da nossa praça de pedágio de Carazinho, então esse assunto, realmente Vereador Paulino de Moura, e sinto, já numa conversa que tive ali com o prefeito que esta muito envolvido para que aqui se instale, não justifica um município de um entroncamento tão importante, uma cidade pujante como a nossa, concluo senhor presidente, mas não posso concluir sem realmente dá o final do meu pronunciamento senão ele fica no ar, e não tem nenhum fundamento, Carazinho, se nós temos aqui, em todas as cidades ao redor, Vereador João Batista, clinicas fazenda, Carazinho não tem, nós temos que arrumar ambulância, para mandar para outros municípios, o custo disso é muito alto, que bom se nós tivéssemos a prevenção total, eliminássemos, mas para eliminar só matando o traficante, eu sempre disse nessa tribuna, tem duas pessoas que não podem viver, duas, o traficante que é um mal para a sociedade, para as famílias, e que tem um poder muito grande, eu mesmo recebi ameaças, quando me debatia, com o sofrimento, que me disseram que o meu fim seria dentro de um tonel de soda, para que desmanchasse até os ossos, e que nem DNA poderia ser feito, então realmente esse é um poder muito grande de dinheiro e de força, mas nós não podemos os acovardar, nós temos que combater esse tipo de gente que é nociva, bandido, estuprador, para mim é bom só morto, e traficante também, a sociedade tem que ser limpa para que a sociedade possa realmente progredir, e hoje o grande mal da sociedade é a droga, Vereador Paulino de Moura, vossa excelência tem razão, mas eu acredito que na próxima legislatura, vocês vão ter mais sucesso aqui, e Carazinho realmente vai ter uma clinica fazenda, para que a família possa ficar perto dos seus adictos, para que possa atendê-los melhor, muito obrigado, obrigado presidente, por ter sido complacente comigo, porque eu sei que passei do tempo, obrigado; **Presidente Vereador Luiz Leite:** eu consulto os senhores vereadores com referencia ao intervalo regimental, e ao grande expediente, que a gente teria reservado o grande expediente para ouvir o Dr. Paulo de Macedo Silva, então consulto os senhores vereadores se concordam em

nós incluímos antes da votação dos requerimentos, seu pronunciamento na tribuna desta casa, para que a gente ganhe tempo, depois voltamos à discussão dos requerimentos porque me parece que existe um requerimento ainda verbal a ser incluído, me foi solicitado, mas gostaríamos antes de ouvir o Pronunciamento do Dr. Paulo de Macedo e Silva, acho que não trás prejuízo nenhum a casa, como esta casa é uma casa democrática, acredito que os senhores vereadores vão ser complacentes com este momento, porque é importante para Carazinho, e a região, a micro-região, para que a gente possa ouvir então o senhor Paulo de Macedo e Silva, presidente da Associação gaúcha de concessionárias de rodovias que fará uso da palavra na tribuna em convite deste poder legislativo, eu convido aos senhores líderes das bancadas, para que conduzam o mesmo até a nossa tribuna, aproveito o momento para cumprimentá-los, cumprimentar também o diretor presidente de Carazinho, Sr. Rubens, Sr. José Luis Espanhol, os diretores e demais senhores que os acompanham nesta reunião ordinária, bem como também registramos a presença da imprensa e demais pessoas que chegaram no decorrer dessa reunião, passamos então a palavra ao Dr. Paulo de Macedo e Silva, que é o presidente da Associação gaúcha das concessionárias rodoviárias; **Dr. Paulo de Macedo Silva**; senhor Presidente Vereador Luiz Leite, ao cumprimentá-lo desejamos cumprimentar a todos os vereadores deste importante município do Rio Grande do Sul que é Carazinho, agradeço inicialmente o convite que foi endereçado pelos senhores vereadores a Associação gaúcha de concessionárias de rodovias, e também a Associação Brasileira de concessionárias de rodovias da qual eu sou diretor regional, eu havia preparado uns slides, um data show, mas vamos analisar rapidamente eu também não quero tomar tempo dos senhores vereadores, além do necessário para fazer algumas considerações do programa estadual de concessão rodoviária do Rio Grande do Sul e da reformulação que hoje o governo do estado pretende fazer no programa através do envio para a assembléia legislativa do projeto de lei 279/2008, bem, o que nós tínhamos no programa de concessionárias do Rio Grande do Sul, desde a sua implantação desde abril de 98, era um programa meramente de conservação rodoviária, não era um programa de construção de obras novas, não era um programa de duplicação, era apenas um programa de conservação de rodovias, e eu diria um programa pobre, porque existem outros programas de conservação rodoviária que são programas mais avançados, como algumas estradas concedidas no estado de São Paulo, e lá em São Paulo inclusive a maioria dos programas são programas de construção, e também de conservação e manutenção, aqui no Rio Grande do Sul, nós ficamos limitados há um programa de conservação rodoviária, a origem desse problema esta na inexperiência que o Rio Grande do Sul tinha em matéria de concessões rodoviárias, nós fomos pioneiros, a assembléia legislativa do Rio Grande do Sul, foi pioneira em termos de legislação, o Rio Grande do Sul é o único estado da federação que tem uma legislação estadual de concessões rodoviárias, todos os demais estados da federação fazem concessões rodoviárias, São Paulo é um exemplo disso, só que com base na legislação federal, Minas Gerais esta lançando agora um programa de seis mil e trezentos quilômetros de concessões rodoviárias, o governo federal fez esse programa recente de concessões, segundo lote do programa federal, são dois mil e trezentos quilômetros, o estado de São Paulo fez agora uma licitação de mil e setecentos e quinze quilômetros, bem, qual era então, em razão da inexperiência do Rio Grande do Sul, quais foram os problemas que o programa de concessões rodoviárias apresentou, desde o inicio, e que foi fonte permanente de debate e de reclamação da sociedade, então o que vinha se dizendo a cerca do nosso programa de concessões, é um programa pobre, não tem investimentos, tem poucos investimentos em rodovias em duplicações, em terceiras faixas, em acessos, a tarifa é uma tarifa cara, falta transparência, as informações não chegam com presteza na sociedade, e nos usuários, não tem obra, a qualidade da rodovia é ruim, esta foi à reclamação desde o inicio, em 2000 por força de uma lei aprovada na assembléia legislativa se fez o que foi denominado de termo aditivo numero um, as pessoas conhecem via de regra pelo nome de TA1, termo aditivo numero um, bom esse termo aditivo ele fez uma recomposição parcial dos desequilíbrios do contrato que vinham ocorrendo desde a assinatura, tem um autor nosso aqui do Rio Grande do Sul, Luis Afonsena, que escreveu um livro sobre rodovias auto-sustentadas, ele diz o seguinte, que os estados fazem os programas de concessão, muito mais por necessidade, pela falta de recursos, do que por convicção, às vezes até o estado não gostaria de fazer, mas faz porque não tem outra saída para conservar as rodovias, no ano de 2000 foi firmado um termo aditivo e por esse termo aditivo resolveram-se alguns problemas, foi instituída a cobrança das tarifas nos dois sentidos, a chamada bidirecionalidade, mas com relação ao que realmente importava para a sociedade, que eram novos investimentos, a coisa ficou pior, porque o governo retirou na época 20% dos investimentos previstos, então aquele programa que já era ruim, em termos de investimentos, de execução de obras para a comunidade, ficou pior, e é claro que as reclamações da comunidade aumentaram, continuou se reclamando que se fazia pouca obra, continuou se reclamando que as tarifas eram caras, contínuos se reclamando que a qualidade das rodovias não era boa, naquela ocasião se flexibilizou o índice de medidas, digamos assim, dos pavimentos, que é o chamado "Iri", que era quatro e meio, quer dizer três e meio, se admitiu passar essa medida para quatro e meio, esse indicador da qualidade da rodovia para quatro e meio, quer dizer, ficou pior a qualidade das rodovias, mas esse termo aditivo previa que em dezembro de 2004, teria que se fazer uma verificação do equilíbrio econômico desses contratos, corrigindo essas distorções que surgiram ao longo do tempo, e as distorções, e eu costumo dizer que, o programa de concessões de rodovias do Rio Grande do Sul, quando a gente estuda o programa de concessões, a gente estuda os descumprimentos contratuais por parte do estado, o estado talvez por não ter feito o programa por convicção, mas por necessidade, acabou ele próprio dando origem, aos desequilíbrios contratuais, assim foi em abril de 98, o estado não concedeu o primeiro reajustamento das tarifas, que estava previsto no contrato, em dezembro de 98, novamente o estado não concedeu o reajustamento, em 99, o governo reduziu as tarifas de forma unilateral em 20% nas tarifas de automóvel, e 28% nas tarifas de veículos pesados, em 99, novamente o governo não concedeu reajustamento, então, entre abril de 98 e novembro de 99, o programa se desestabilizou completamente por forças desses descumprimentos contratuais, as concessionárias por sua vez, notificaram o estado dizendo que determinados investimentos elas não poderiam fazer justamente porque o estado não aportou, digamos assim, aquele reajuste tarifário, isso desorganizou todo o programa, foi muito ruim para o estado, foi muito ruim para a sociedade, foi muito ruim para os usuários das rodovias, e foi ruim para as concessionárias, ou seja, foram soluções que não trouxeram nenhuma melhoria para ninguém, todo mundo acabou prejudicado nessa

história, e as concessionárias muito preocupadas, porque quando o programa não anda bem, todo mundo reclama e com razão de que não há obras, de que não há serviços adequados para os usuários, e isso afeta a estabilidade jurídica do próprio negócio das concessionárias, elas não podem ter outras receitas tarifárias, elas são sociedades que são obrigadas a ter unicamente a receita da tarifa, elas não podem ter outras receitas, isso é vedado por lei, e o resultado delas, o lucro delas, também é limitado, não está liberado para elas ganharem o que quiserem, as empresas privadas podem fazer isso, mas as concessionárias de rodovias não podem, porque elas prestam um serviço que é de natureza pública, e quando elas assumem as rodovias o serviço continua sendo público, bem, a partir dessa constatação e de várias brigas e discussões judiciais inclusive, ações judiciais que se fizeram contra o programa de concessões rodoviárias, foram inúmeras, quarenta ações civis públicas foram interpostas pelo ministério público estadual e federal, essas ações muitas delas já se encerraram, mas algumas delas trouxeram, invés de trazer benefícios, que era a pretensão inicial do ministério público, elas acabaram trazendo prejuízo, porque algumas delas paralisaram a cobrança nas praças de pedágios, então algumas praças de pedágios, como é o caso daquela praça que fica entre Caxias e Farroupilha, do pólo de Caxias do Sul, que ela detém sessenta e quatro por cento do movimento do pólo inteiro, essa praça ficou paralisada por mais de dois anos, sem cobrar tarifas, então isso foi desajustando todo o sistema, e acabou que não atendeu a ninguém, não atendeu aos usuários, não atendeu a sociedade, não atendeu ao próprio ministério público, que entrou com as ações, foi com boa intenção, é verdade, não atendeu os usuários das rodovias, não atendeu ao governo, e acabou também não atendendo as concessionárias, desde que essas questões todas se puseram e cristalizaram essa situação de total desequilíbrio desses contratos, as concessionárias vem tentando fazer uma negociação com o governo de modo a trazer isso para uma solução adequada, que atendesse a necessidade dos usuários, porque, eu volto a repetir, os usuários das rodovias, são os clientes das concessionárias, os transportadores são os clientes das concessionárias, nós temos que ver essas pessoas como nossos clientes, assim que as concessionárias pretendem ver, então nós precisamos prover soluções adequadas para que esses usuários sejam atendidos, de modo que, na medida em que eles são bem atendidos, eles também possam estabilizar o negócio das concessionárias juridicamente, de modo que elas possam ver seus resultados, esses contratos são contratos complexos e de longo prazo, acontece muita coisa, então se buscou sempre a solução, em janeiro de 2006 as concessionárias assinaram com o governo do estado um novo contrato, chamamos de termo de reatificação, 10 de janeiro de 2006, o que previa esse contrato, o estado do Rio Grande do Sul, estava em mora com as concessionárias porque não havia cumprido a lei estadual 11.545 que mandava fazer o reequilíbrio dos contratos, bem, como o estado estava em mora e não era interesse das concessionárias acionar juridicamente o estado, porque o cliente principal da concessionária é o estado, então para a concessionária não é uma solução brigar com seu contratante, nós não podemos brigar com o estado, e isso, estou falando estado porque isto não é um problema de governo, é um problema de estado, permeia vários governos, de vários partidos, um problema que afeta todos, então nós conseguimos em 2006, 10 de janeiro de 2006, assinar um novo documento, com o governo do estado, que eliminou algumas dificuldades de entendimento do programa anterior, como era por exemplo à questão da cobrança das tarifas nos dois sentidos, a tarifa bidirecional, dividiu por dois a tarifa, começou a cobrar a metade em cada sentido, já existiam seis ações judiciais, contestando isso, então esse documento, permitiu que se esclarecesse esta situação, de modo que ficou claro para os usuários, para o ministério público e para os juizes e também para os desembargadores do tribunal de justiça, que a tarifa realmente havia sido dividida por dois e estava sendo cobrada metade em cada sentido de tráfego, e que isso era mais justo e era uma reivindicação inclusive dos camioneiros, porque eles iam por uma rodovia, e voltavam às vezes por uma rodovia sem pedágio, e como a tarifa era cobrada num só sentido, eles acabavam pagando a tarifa cheia, nessa nova sistemática, eles começaram a pagar a metade da tarifa num sentido, e no outro sentido a metade da tarifa se voltasse pela mesma rodovia, ou não se voltasse por uma via não pedagiada, bom o que esse contrato fez, basicamente, transferiu aquela obrigação do estado de revisar o contrato de dezembro de 2004, para dezembro de 2006, então ficou prevista a data de que até 31 de dezembro de 2006, o estado faria a verificação desses contratos, e faria o seu reequilíbrio, o reequilíbrio de contrato, via de regra, se faz por revisão tarifária, seja aumentando a tarifa, ou reduzindo a tarifa, eu vou confessar que nunca vi nenhuma revisão reduzindo tarifa, só aumentando tarifa, mas aí quando chegou em 31 de dezembro de 2006 o estado novamente não fez a revisão do contrato, bom aí se estabeleceu um beco sem saída, porque se acumularam desequilíbrios, desde 98, nós já estávamos em 2006, portanto oito anos depois do início dos contratos os contratos continuavam sem solução, o que fez agora o estado, fez um projeto de lei, negociamos durante dezesseis meses com a administração, com o poder concedente, que é o DAER e a secretaria da infra-estrutura, as várias alternativas possíveis, para recompor o programa de concessões rodoviárias, e atender aquelas reivindicações históricas da comunidade, que era aquela reclamação, não tem obras, as rodovias tem uma baixa qualidade, a tarifa é cara, e falta transparência, entre todas as alternativas discutidas, e para chegar a esse número precisava se calcular inclusive o desequilíbrio passado, se existia dívida realmente do estado para com as concessionárias, e de quanto era essa dívida, qual era esse montante, todo mundo havia feito cálculos sobre isso, as concessionárias haviam feito seus próprios cálculos e tinham enviado ao poder concedente, o próprio DAER tinha feito através de seus técnicos um cálculo também desses valores, a agência de regulação, que é a JERGS, havia também feito estes cálculos, inclusive expôs esses cálculos no site deles, colocou lá os cálculos, até nos relatórios financeiros, até pouco tempo atrás esses dados estavam disponíveis, esse cálculo foi feito no ano de 2005, bem, ficou sabendo que havia realmente desequilíbrio nos contratos, todos, tanto o DAER quanto a JERS, quanto as concessionárias chegaram a mesma conclusão, a única conclusão que eles não chegaram, que ninguém chegou, foi em relação ao valor, não houve acordo em relação ao valor, as concessionárias apresentaram um número maior, o DAER apresentou um número menor, a agência de regulamentação apresentou um número intermediário, então ficou se sabendo o seguinte, bom, desequilíbrio no contrato há, agora em relação ao valor do desequilíbrio não há acordo, agora em razão da negociação, para chegar há uma solução dessa questão, colocar isso em termos finais e tentar assinar um documento com o estado que recuperasse toda essa situação de contratos, o estado finalmente contratou a fundação Getúlio Vargas, todo mundo conhece a

fundação Getulio Vargas, todos os índices econômicos, principais índices econômicos que a gente está acostumado a lidar, que é o IPCA, o INCC, o IPC, o IGPE, GPM, GPDI, todos esses índices são utilizados na economia para reajustar inclusive contratos de locação, salários, fretes, tudo se reajusta, de ano em ano tudo se reajusta na economia brasileira, inclusive isso tem uma previsão legal que a lei do plano real de 95, que prevê que esses reajustes são feitos uma vez por ano, e não podem ser feitos mensalmente, bem então como ninguém tinha duvida acerca da capacidade, da competência e do conhecimento técnico da fundação Getulio Vargas, ela foi contratada pelo estado, ela fez cinco relatórios, os relatórios iniciais da fundação Getulio Vargas, foram no sentido de ir apurando critérios de como fazer esse calculo de desequilíbrio, porque naturalmente dependendo do critério escolhido, o resultado numérico é um, se escolhe um outro critério, resultado é outro, então dessa fase inicial, a agencia de regulação e o DAER, junto com a fundação, escolheram os critérios, como é que vão considerar cada item, investimentos, fuga, trafego, essas questões todas que determinam, digamos assim o equilíbrio econômico financeiro do contrato, feito isso, eles foram adiantando os relatórios com outros trabalhos e isso culminou com o relatório de numero cinco da fundação Getulio Vargas, onde o desequilíbrio foi apurado, a soma desses desequilíbrios nos preços contratuais que são de fevereiro de 96, a fundação Getulio Vargas apurou como sendo duzentos e nove milhões de reais, de todas as concessionárias, bem, feito isso, então tinha que se partir para as soluções, mas e ai o estado tinha competência para fazer essas alterações contratuais, sem mandar projeto de lei para a assembléia, porque isso esta previsto na lei federal, que é a lei de licitações, que é a lei 8987/95, esta previsto que o estado, poder concedente, seja ele federal, estadual ou municipal, porque pode também haver concessões municipais, e existem inclusive, que o poder concedente, tem o poder de, inclusive de forma unilateral, mudar o contrato, e a concessionária não pode se opor a essa mudança de contrato, ela é obrigada a aceitar, sem qualquer limitação, a única coisa assegurada a concessionária é que ela mantenha um equilíbrio entre os encargos e as receitas da concessão, que aquilo que esta estabelecido desde a licitação lá na proposta inicial, e que esse sim é um direito que esta protegido na constituição federal, na constituição estadual, na lei de licitações federais, na lei de licitações estaduais, que é um ano mais nova que a lei federal, e na lei de criação da JERGS, e na lei que criou cada pólo individualmente, então esse é, digamos assim, um direito assegurado com clareza na legislação, em relação ao contrato, bom, feito isso, examinamos varias alternativas, e aguardamos que o estado enviasse esse projeto de lei, nós não sabíamos exatamente quais das alternativas discutidas seriam incorporadas no projeto de lei, bom ai nos acabamos tomando conhecimento quando o estado enviou o projeto de lei, para a assembléia, na verdade o projeto de lei é muito singelo, ele tem cinco artigos, um é o de autorização, que eu referi que eventualmente o estado poderia fazer sem a aprovação legislativa, mas porque o estado mandou para discussão na assembléia, porque o estado entendeu que a mexida, digamos assim, que estava sendo feita no programa era de tal envergadura, que não se concebia implantar, embora autorizado por lei, implantar essas alterações, sem que houvesse uma discussão com a sociedade, através dos seus representantes que são os vereadores, os deputados estaduais, dentro do nosso sistema democrático de representação, além das discussões que vão se ferir que estão se ferindo em várias organizações, tem muita gente analisando, discutindo, fazendo sugestões, mas o foco das discussões naturalmente vai ocorrer dentro da assembléia legislativa, porque? Porque o governo entendeu que isso era uma coisa boa politicamente, levar para lá e discutir tudo, sem qualquer problema, tudo em discussão, desde que se encontre uma forma de solucionar, mas o governo tinha que conformar um projeto para encaminhar para discussão, esse projeto foi encaminhado, então o que ele previu, ele previu resgatar aquelas questões que eram as questões de reivindicação histórica da comunidade, que era a questão da tarifa cara, da questão da falta de investimento, da questão do padrão das rodovias, e do problema da falta de transparência, na verdade, falta de transparência mesmo não existia no sentido formal não existia, porque, porque todos os relatórios financeiros das concessionárias anualmente as concessionárias enviam todo mês relatórios técnicos e relatórios financeiros, e relatórios contábeis, tanto ao DAER quanto a agencia de regulação, e ainda no final do ano ela são auditadas por auditorias externas independentes, por exigência inclusive do banco nacional de Desenvolvimento econômico e social que financia várias dessas empresas naqueles projetos estruturados de longo prazo, mas se a gente acessar o site do DAER onde estão esses relatórios financeiros, não é difícil achá-los, quando a gente acha é que começa o problema, que os relatórios tem duzentas paginas, são difíceis de serem baixados para o computador, a gente fica horas no computador baixando os relatórios e depois como são muito extensos, e muito complexos, porque mostram trafego, mostram despesa das concessionárias, item por item, mostram receita, mostram por praça, mostram por trecho, complexo demais, então todo mundo tem dificuldade, outro dia me ligou um jornalista da gaúcha, do grupo RBS, dizendo puxa vida, vocês nos deram aqui uma informação sobre os investimentos das concessionárias, e esse valor não esta batendo com o que estou achando no relatório lá do DAER, não esta fechando, esta bom, então vamos fazer o seguinte, esta na frente do teu computador? Estou. Então vamos abrir juntos então, ai começamos, a trabalhar nos sistemas e baixando as informações, ele na outra ponta do telefone, e eu lá na GCR, chegaste na pagina tal, cheguei, o que diz ali, uma linha diz ali, investimentos, sim, ta, quanto tem ai? E a outra linha o que diz? Diz manutenção e conservação, ta então soma isso ai, soma, que numero deu, é deu o numero que tu me informaste, então ora, se um jornalista experiente tem dificuldade de localizar, imagina as pessoas comuns, elas tem dificuldades, então isso retira o caráter de transparência dessas informações, então o projeto novo vem e diz o que, o que ele contem, eu já vou me encaminhando para o final, para não tomar muito o tempo dos senhores, mas já dizendo o seguinte, o que o projeto novo previu, 20 % de redução na tarifa básica, mais isso é muito pouco, as pessoas alegam às vezes isso, as tarifas federais são muito mais baratas, bom e é verdade, só que isso não é tão pouco assim, porque esses 20% sendo feito sobre a tarifa básica, eles vão permanecer, para o prazo restante do contrato, reajustamento sempre vai haver, todos os anos vai haver reajustamento, mas agora por exemplo, as tarifas hoje, para pegar um exemplo, a tarifa de automóvel é cinco e quarenta, com o reajustamento que os índices já foram publicados, porque ele é feito com os índices de outubro, o reajuste ocorre em dezembro, para começar a cobrar em janeiro, essa tarifa de cinco e quarenta, vai para seis reais, essa do automóvel, bom, 20% de redução nessa tarifa, traz essa tarifa de volta para menos do que ela é hoje, traz esse 20% sobre seis, traz a tarifa para quatro e oitenta, hoje ela é cinco e quarenta, e qual é a vantagem, esses quatro e



oitenta, é que vão permanecer para os reajustamentos subseqüentes, quer dizer, não é os seis reais, e sim o quatro e oitenta, então essa é a importância da redução tarifária ao longo do prazo, que mais que o contrato que o projeto traz como inovação, digamos assim, a questão dos investimentos, o programa anterior como eu disse, não tinha investimentos, ele tinha poucos investimentos em obras novas, tinha investimento em manutenção e conservação, é claro, mas em obras novas, duplicações de rodovias, acessos, terceiras faixas, obras de arte, isso não tinha realmente no programa anterior, então o que o projeto novo traz? Uma intervenção em seiscentos quilômetros de rodovias, intervenção pesada em seiscentos quilômetros de rodovias, ou seja, esta intervindo em cerca de trinta por cento da quilometragem total do programa e mais duzentas e onze unidades aproximadamente de investimentos em obras de arte, terceiras faixas, acessos, etc, duplicação são cento e sessenta e dois quilômetros, no programa das concessões rodoviárias, tem mais duzentos e quarenta, duzentos e cinquenta quilômetros no programa que o estado vai fazer com recursos orçamentários, então estamos falando de duplicações de cerca de trezentos de noventa e seis quilômetros, quatrocentos quilômetros, que é exatamente igual ao número de quilômetros que existe hoje duplicados no Rio Grande do Sul, então nós passaremos no Rio Grande do Sul, que é absurdamente pouco, Rio Grande do Sul tem, incluindo todas as rodovias federais e estaduais, trezentos e noventa e dois quilômetros de vias duplicadas, nós passaremos a ter, setecentos e noventa e dois quilômetros de vias duplicadas, é pouco ainda, eu acho que é, eu acho que é pouco, só que a gente tem que se dar conta do seguinte, é 100% a mais do que nós temos hoje, bom além da questão da duplicação, a redução das tarifas, e da duplicação de rodovias, em relação à qualidade, o estado fez o seguinte, aquela medida de qualidade, que era o chamado "iri", o índice de regularidade da rodovia, e aí se eu errar vou pedir que os senhores me desculpem, porque como não sou engenheiro isso aí para mim é um incursão em terreno difícil, mas esse "iri", essa medida de qualidade, ela é o seguinte, passa lá um equipamento ótico, uma régua ótica, que mede as irregularidades do piso da rodovia, em um quilometro de extensão, esse índice, que esta no contrato hoje, é de quatro e meio, isso significa que a cada quilometro, a soma dessas irregularidades não pode ultrapassar quatro virgula cinco metros, o que o governo fez, encurtou agora no contrato esse índice para três e meio, então o que vai acontecer, as concessionárias terão que investir mais em manutenção e conservação da rodovia, para manter essa rodovia em melhores condições, isso é muito importante para o automóvel de passeio, para o caminhão pesado não faz tanta diferença, mas para o automóvel de passeio é importante, essa redução nesse índice que implica aumentar a qualidade da rodovia, também implica em aumentar o volume de investimento em conservação e manutenção, assim além de um bilhão e duzentos em obras novas, existem nos contratos, na previsão contratual nova, mais 3,2 bilhões de investimentos em manutenção e conservação, então nós estamos falando algo em torno de 4,2 bilhões de investimentos totais, mais uma questão que o governo pretende resolver, o problema da transparência dessas informações, esse projeto novo, prevê então que no âmbito de cada concessionária de rodovias funcionando internamente a concessionária, vai haver um conselho de representantes dos usuários, o que esse conselho vai fazer, vai acompanhar a execução do contrato, dentro da concessionária, não são associações externas que tem dificuldades em obter as informações, elas receberam as informações da JERGS, do DAER, das concessionárias, na sede da concessionária, o conselho vai se reunir ali, qual a composição desse conselho, esse conselho vai ter dois representantes das concessionárias, dois representantes do estado, e cinco representantes dos usuários, então um conselho que é majoritário na sua composição, com os usuários, porque isso, porque interessa justamente dar a transparência e informação para aquelas pessoas que usam a rodovia, e que pagam a tarifa, então essas pessoas com toda a justiça tem o direito de acompanhar de perto, o que as concessionárias estão fazendo, o que elas estão investindo, como as obras estão se processando, quais os prazos de execução, o prazo de execução esta em dia, como esta à qualidade da rodovia, esta atendendo aquele índice contratual, além é claro, naturalmente, de que o próprio DAER, esta ampliando a capacidade fiscalizatória dele, que o DAER é um órgão de 70 anos, prestou relevantes serviços ao estado do Rio Grande do Sul, porem tinha seis mil e novecentos funcionários, hoje tem mil e novecentos funcionários, sendo que mil funcionários são os funcionários que trabalham diretamente nas obras, nas estradas, e tem cerca de novecentos técnicos espalhados em todo o rio grande do sul, nos distritos que eles chamam e mais na sede, então é um órgão que ao longo do tempo apesar de ser importante para o estado acabou sendo sucateado, tudo por causa da falta de recursos do estado, bom, o projeto então pretende atender essas questões todas, e porque nós consideramos que é imprescindível o projeto, porque não há recursos do erário estadual, agora se diz que se chegou um orçamento com déficit zero não, o estado continua tendo déficit, o orçamento é equilibrado, mas claro, equilibrado porque, os valores tem que ser limitados àquelas disponibilidades, então o estado não tem dinheiro e vão vai ter tão cedo, aí se fala na questão de recursos do PAQ, o PAQ é um programa fantástico de obras, nos temos que buscar recursos do PAQ sempre que for possível, mas o governo federal tem uma dificuldade, arrecadação, o gasto do governo federal, o gasto corrente, não financeiro, quer dizer aquele que não é para pagar juro, ele ultrapassou a arrecadação bruta federal, que já esta em 25% do PIB, então vamos fazer e eu sempre tenho dito isso, não vamos escolher a origem dos recursos, tem recurso do PAQ, vamos pegar esses recursos, vamos correr atrás desses recursos, tem recurso do Duplique/RS, vamos correr atrás desses recursos, tem recursos do orçamento do estado vamos correr atrás desses recursos, tem recursos das concessionárias das rodovias, vamos correr atrás desses recursos, quer dizer, eu acho que não dá para a gente ficar escolhendo recursos, tem que pegar recurso onde ele estiver disponível, e é nesse sentido então que se pretende, as concessionárias tem capacidade de alavancar recursos, inclusive eventualmente se precisar elas podem buscar financiamento no BNDS, como já fizeram, e o BNDS tem linhas de crédito apesar de toda a crise internacional, ainda aqui, os nossos recursos internos ainda não sofreram, temos algum contingenciamento de crédito, alguma dificuldade, mas os bancos oficiais ainda tem recursos, então eu acho que temos que pegar recursos de todo o lado, bom, basicamente era isso, para lhes contar essa historinha de como aconteceu a evolução do nosso programa, e de como agora esta se pretendendo solucionar, nós estamos convictos que é uma boa solução, eu agradeço a atenção dos senhores, e me coloco a disposição; **Presidente Vereador Luiz Leite**; só para lhe informar que se tiver alguns dados se quisesse usar o data show esta a sua disposição; **Dr. Paulo de Macedo Silva**; esta ali, vamos mostrar então; **Presidente Vereador Luiz Leite**; e após eu gostaria de deixar a palavra a critério dos

vereadores que queiram se manifestar para que possam fazer as perguntas que julgarem necessárias, para ter hoje a oportunidade de ter os esclarecimentos em que é tão solicitado por algumas pessoas da nossa comunidade, pelos senhores vereadores, para conhecer melhor os trabalhos das concessionárias dos pedágios das nossas rodovias; **Dr. Paulo de Macedo Silva;** (apresentação de slides utilizando o data show); a maioria das questões que eu coloquei estão nessas transparências, não vamos conseguir examinar todas, são muitas transparências, mas as principais vamos olhar, porque elas responde algumas questões que poderão ser formuladas, aqui é o estado das rodovias sobre a administração federal, aqui mostra que 83% das rodovias estão em situação péssima, ruim ou regular, e aqui eu sempre costumo dizer o seguinte, será que os governos querem castigar os usuários, e não arrumam as rodovias, não é essa a situação, não arrumam porque não tem dinheiro para arrumar, esse é o grande problema, isso aqui é importante, a gente se conscientize isso é um Gráfico que mostra investimento publico e privado em termos de percentual do PIB, então os senhores vejam aqui que em 75 o Brasil aplicava cerca de 32 % do PIB em investimentos, isso foi caindo, caindo, hoje nós aplicamos somado investimento publico e privado, cerca de 15% do PIB, então é lógico que lá a gente conseguia construir a Itaipu, transamazônica, e tantas outras obras grandes que foram feitas, e hoje nós não temos dinheiro, a razão esta ai, o investimento em transporte então é pior, em 30 anos ele caiu dez vezes, lá em 75 ele chegava a quase 2 % do PIB, agora ele esta em cerca de 0,19 isso é a origem das nossas dificuldades, é daí que não temos o dinheiro, não tem de onde, nem o governo federal, nem os governos estaduais, nem os governos municipais, tem recurso sobrando, ai que eu disse a questão da dificuldade da união, arrecadação bruta da união, e o gasto corrente, que é a linha escura, mais forte ai, ultrapassou a arrecadação bruta, dizem que nós não temos dados atualizados, que esse numero esta chegando a 25% do PIB; recursos da CID, o valor da arrecadação da CID até 2004 era 1,49 bilhões e vinha para os estados, arrecadação total da CID, são oito bilhões, mas para os estados vinha 1,49 porque? Porque a CID tem três destinações específicas, só um terço dela é destinada à infra-estrutura, e o que chega para o estado depois do corte que foi feito pelo decreto 6.446 o que esta chegando para o estado do Rio Grande do Sul, são oitenta milhões por ano, isso também não dá para fazer nada, ai vem modelos de pedágio, aqui mostra uma tabela comparativa entre o pedágio estatal, que é o chamado pedágio comunitário, e o pedágio concedido, isso ai mostra o seguinte, que um modelo ou outro modelo, eles não são em si ruins, os modelos são bons, o problema é onde aplicar, quer dizer as circunstancias de aplicação, porque eles são diferentes, no pedágio estadual, que é o pedágio comunitário, são cento e oitenta e dois quilômetros, nos pedágios concedidos são mil e oitocentos quilômetros, então há uma diferença de receita por ano, o trafego é totalmente diferente, veiculo diário médio que é a media dos veículos que passam na praça de pedágio, esse aqui do pedágio comunitário, é quase duas vezes a média dos pedágios concedidos, ai vem diferenças de arrecadação, gastos operacionais, numero de cobranças por dia, os pedágios concedidos, há uma limitação, só paga uma tarifa por dia por sentido de trafego, isso é a chamada lei da multipassagem, bom questão de prazos, questão de prazos, questão de cronogramas de obras, serviços de guinchos e ambulâncias, arrecadação de impostos, esses pedágios comunitários não fazem nenhuma arrecadação de impostos, não pagam impostos federais também, a possibilidade de alavancar investimentos eles não tem, as concessionárias podem fazer, e o pedágio comunitário há a aplicação de recursos orçamentários, fornecimentos dos agregados, o asfalto que é usado, o estado vem fazendo através de recursos orçamentários, então há uma participação nos comunitários de todo mundo, todo mundo acaba pagando, a tarifa dos pedágios comunitários é idêntica à tarifa dos pedágios privados, apenas que os primeiros, os comunitários, por uma questão de política, não foram reajustados, aqui tem uma outra tabela que responde uma questão importante que as pessoas tem perguntado, como é que as concessões federais tem tarifas de 0,99 centavos, até 2,54 elas estão iniciando a cobrança agora, estão começando na verdade com 1,10 porque elas já sofreram o primeiro reajustamento, as diferenças são de programa, são completamente diferentes, o numero de praças de cobranças é um exemplo disso, o pólo metropolitano tem 500 quilômetros, e cinco praças de arrecadação, a Fernão Dias que é uma dessas rodovias federais que foram licitadas agora, tem 562 quilômetros, tem oito praças de arrecadação, e mais seis praças cobrando nas saídas, nas estradas secundárias, então na verdade tem 14 praças de cobrança, cobrando nos dois sentidos, cobrando na ida e cobrando na volta, então ai já tem uma justificativa porque a tarifa é muito mais baixa, outra justificativa importante, é o numero de veículos que passam por dia, a base da arrecadação média, nos pedágios estaduais essa media é de 3.500 veículos por dia, nos pedágios federais novos é 14 mil veículos por dia, alguém diz assim, bom mas nos Estados Unidos, tem tarifas de pedágio de 50 cents, e é verdade tem, só que essas rodovias passam duzentos mil veículos por dia, então quando se cobra de um maior numero de pessoas, pode se cobrar um valor menor de tarifa, e assim por diante, tem várias diferenças, aqui tem uma questão importante, que é esta relação entre eixos de veículos comerciais e veículos de passeio, aqui no Rio Grande do Sul, o automóvel paga um real, o veiculo de carga paga um e vinte e cinco, no programa federal, essa diferença é, o veiculo de passeio paga um o veiculo de carga paga dois, em todas as concessionárias federais do Brasil, funciona essa relação de eixo, então o que esta havendo aqui no Rio Grande do Sul, originalmente essa relação era um e sessenta e sete, no primeiro contrato, lá em 2000 no termo aditivo, ela foi reduzida para um e vinte e cinco, o que foi feito, nós aumentamos o subsidio do veiculo de carga, quem esta pagando isso é o veiculo de passeio, é um subsidio, não teria justificativa esse subsidio, porque o veiculo de carga, tem o chamado vale pedágio, que é comprado e fornecido pelo dono da carga, não é pelo transportador, é o dono da carga que paga o vale pedágio, ou seja que paga a tarifa de pedágio, então não tem razão, digamos assim de haver um subsidio, de automóveis estarem subsidiando os veículos pesados, bom, pedágios sobre a administração direta do DAER são os comunitários, isso aqui esta no relatório do DAER, isso foi o que foi aplicado no ano de 2007, o pedágio de Coxilha, que é aquele próximo, que é aqui na região, aplicado 19.95 na rodovia, o pedágio de campo Bom, aplicou 33 e 92 e o pedágio que mais aplicou foi o de Portão, aplicou 59.47 da arrecadação, o resto ficou no caixa único do estado, pode ser que um dia volte, tomara que volte, mas em 2007 não voltou, aqui são os pedágios das concessionárias, é uma relação da receita e da aplicação em obras, desde 98 a 2007, aqui não estão despesas, custos, nada, apenas receita e investimento em conservação e manutenção, não tem investimentos novos, muito pequeno o valor em investimentos novos, aqui são as necessidades do rio grande do sul em termos do nosso sistema logístico, nós temos um custo do

sistema logístico, no Brasil de doze e meio por cento do PIB, nos países desenvolvidos esse custo esta de sete a oito, e no rio grande do sul este custo esta em 16% , o nosso custo aqui no Rio Grande do Sul quase inviabiliza a economia do estado, nós não avançamos mais, não crescemos mais, e assim mesmo o Rio Grande do Sul cresce mais que o Brasil, não crescemos mais porque justamente o que nos falta é justamente infra-estrutura, esse é o nosso problema, quer dizer, nós transportamos 85 % do nosso transporte é por via rodoviária, e as rodovias tem deficiências, então nós precisamos melhorar, diminuir os gargalos, diminuir essas dificuldades de transportes, a BR 116, por exemplo, é a segunda rodovia em movimentação de veículos em acidentes do Brasil, a 116 na região metropolitana, passam 120 mil veículos por dia, a 116 hoje é um caos, ela esta trancando o desenvolvimento do estado do Rio Grande do Sul, especialmente da região metropolitana, e também atrapalhando a transferência, os fretes das regiões mais distantes, para a região metropolitana, para a área industrial de Canoas e também para toda a exportação pelo porto, tem um programa de rádio a 116, todo o dia se fala na 116, e teve cinco ou seis projetos, para resolver definitivamente o gargalo da 116, teve o polão, que foi licitado junto com os pólos rodoviários, teve o projeto do anel viário, teve o projeto do Denit que era um elevado em cima da 116, se discutiu durante doze anos, soluções para a 116, até hoje nós só conseguimos discutir, mas não conseguimos dar soluções, quer dizer paramos, ficamos na discussão, serve não serve, serve não serve, quer dizer a pior situação de não decidir, decidi, certo ou errado, aprova ou desaprova, mas faz caminhar o assunto para frente, não foi feito isso no Rio Grande do Sul e a culpa é de todo mundo, não é especificamente de A ou de B, todo mundo ficou discutindo envolvido na discussão e não resolveu, pretende o estado crescer 33% do seu PIB nos próximos cinco anos, quem diz isso é a secretaria de infra-estrutura e logística, e ai eles mostram transporte de cargas, o que vai acontecer, nos vários anos, nos vamos sair de 72 milhões de toneladas, para 200 milhões de toneladas, se não tiver rodovia, vai trancar, porque nós não temos ainda o transporte hidroviário, muito pouco, e o transporte ferroviário, ai nas varias cadeias produtivas, o que vai acontecer, celulose, laticínio, produção de grãos, pólo naval, carvão, quer dizer, tudo tem crescimentos expressivos, em termos de necessidades logísticas e de transportes, e custo para sair daqueles 16, 18 % do PIB, para números compatíveis, que não sejam sete ou oito, que seja 10% o custo logístico do Rio Grande do Sul, porque senão nós também perdemos na competição com outros países, na exportação, aqui era os programas estruturantes, aqui o duplique/RS em números, isso aqui não é à parte das rodovias, isso é o conjunto do programa, com recursos orçamentários, parte deles no orçamento de 2009, é bem verdade que uma parte pequena ainda, mas já uma parte razoável no orçamento de 2009, reformulação, aquilo que nós já falamos, ai tem as duplicações, as terceiras faixas, os acostamentos, as ruas laterais, as intersecções, as pontes, isso é uma intervenção, em 608 quilômetros, 30% da malha total concedida, e 211 obras, unidades de obras distribuídas em passarelas, viadutos, intersecções e etc, esse é o programa nas rodovias concedidas, esse é outro conjunto, que esta fora das rodovias concedidas, aquilo que eu disse, nós temos 162 quilômetros com 234 aqui fora, na parte orçamentária, são 396 quilômetros de duplicação, ou seja, exatamente, 100% do total de rodovias duplicadas que existem hoje no estado, aqui é o pólo de Carazinho, isso eu vou deixar uma cópia para os senhores aqui, então o Rubens já deve ter feito a distribuição dessas informações locais, aqui é só para lembrar aquilo é o KM 193 antes da concessão, essa aqui é uma foto de dezembro de 2004, há ainda que não uma transformação essencial, uma duplicação, uma coisa parecida, uma mudança de panorama, dentro daquela escassez de recursos que a gente tinha no programa anterior, aqui um outro exemplo, essa é uma situação de dezembro de 2004 também, pode passar, aqui também, vai adiante, aqui já é uma projeção, agora do novo programa, eu passei hoje de tarde casualmente no local e é exatamente aquilo que esta ali hoje, e a idéia é que realmente vai ficar assim, o grande volume dessas obras 2009 e 2010, cerca de 54% desse investimento em obras novas eles estão colocados nos dois primeiros anos do programa novo, ai são fotos de rodovias que estão com uma cara muito melhor, elas são do nosso programa atual, mas o que se pretende no novo é de isso ai, e muito mais, do que isso ai, é uma melhora considerável, aqui tem outro conjunto de fotos que mostra isso também, era isso, obrigado; **Presidente Vereador Luiz Leite;** então apos essa mostragem do que os trabalhos prestados pela concessionária Coviplan e outras, nas praças de pedágios, com a arrecadação, que foi mostrada ao publico e aos senhores vereadores, nós abrimos então a palavra aos senhores vereadores para alguma pergunta, algum esclarecimento a mais, primeiro Vereador Vilson Paese, pela ordem que já estava inscrito, depois Vereador Felipe Sálvia, Vereador Paulino de Moura; **Vereador Vilson Paese;** queremos saudar o Dr. Paulo Macedo Silva, presidente da associação gaúcha das concessionárias de rodovias, dizer a vossa excelência que a explanação foi ampla, foi uma explanação importante para nós, eu já tinha recebido em minha casa o dossiê das melhorias, se houver a prorrogação por mais 15 anos da concessão as praças der pedágio, vossa excelência coloca aqui também sobre a transparência, eu até sou suspeito, Dr. Paulo em falar, porque eu fui um dos Vereadores que mais briguei com o problema dos pólos de pedágio, e dizer que de forma nenhuma eu sou contrário, porque o estado mostra a sua incompetência total em gerenciar, não só as rodovias, mas é um absurdo num país de uma dimensão como a nossa que a ferrovia esta sucateada, que é um transporte barato, já que nós não temos hidrovias aqui, nos coloca que daqui a cinco anos haverá transporte de 200 bilhões de toneladas, vai ser um caos, vai parar, para esse pais, nós não temos rodovia para suportar na situação que esta, da forma que aqui se encontra as rodovias do nosso estado, e também do nosso pais, e é o caminho hoje, ainda é rodovia, se o estado é incompetente, e o usuário esta descontente, eu sou usuário, eu estou descontente, porque imagine se é o único estado que tem legislação, fizeram um contrato por 15 anos, esse contrato só tinha manutenção, e não investimentos como vossa excelência colocou aqui para nós, o usuário não tem conhecimento disso, Carazinho, presidente, nós temos distrito, que é 28 quilômetros daqui, precisa pegar a BR para vir para cá, os moradores desse Distrito para chegar em carazinho paga pedágio, isso é um desconforto, é uma tristeza, isso é um problema muito local, que não teria nem que trazer, mas é que é a oportunidade que nós temos aqui em nome do povo para colocar, melhorou? Melhorou, vai a Porto Alegre vai bem, volta de noite com chuva, esta melhor sinalizado , dá para você viajar, porque antigamente nós fazíamos umas viagens suicidas a Porto Alegre, e hoje realmente melhorou, mas eu penso mais, Dr. Paulo, quando você paga CID, só volta oitenta milhões para o estado, é muito pouco, a carga tributária de nós brasileiros é terrível, se paga muito e se tem pouco, e o povo realmente esta sofrido, esta entristecido neste

estado, não tem recurso, também acho que não tem recursos, eu acho que é o momento dos políticos pararem de roubar, de desviar dinheiro, e o dinheiro que viesse objetivo, e chegar a termos políticas públicas de melhor qualidade, saúde, educação, rodovias e principalmente segurança que também nós não temos, hoje nós pagamos tudo, até os bombeiros nós temos que pagar, taxa para os bombeiros, é muito alto, mas quero dizer que foi muito bom que vossa excelência veio a essa casa, dirimir dúvidas, e dizer também ao meu amigo Espanhol, que nos esclareceu muitas dúvidas que nós tínhamos mas imagine então, se o pedágio é alto Dr. Paulo, e se fizessem os dois aumentos que não foram concedidos, e mais uma redução, que eu anotei aqui, em quanto estaria o pedágio hoje? Mais uma coisa que eu quero colocar aqui, eu questiono Doutor que se eu chegar numa praça de pedágio, já aconteceu comigo, não nos nossos pedágios, mas aqui adiante de Passo Fundo, que é em Coxilha, cheguei lá não tinha minha carteira, mas eu tinha o talão cheques, e a praça de pedágios não recebe cheques, eu tive que deixar meus documentos, que não tinha dinheiro, ir até Coxilha que me dava bem com o prefeito, para fazer um cheque, pegar um dinheiro e voltar e pagar o pedágio, então realmente o direito do cliente de ir e vir, ele fica castrado se no momento ele não tem dinheiro, mas isso é um problema, que não é um problema das concessionárias, isso está no contrato, agora eu também tenho minhas tristezas que continua morrendo gente, daqui a Passo Fundo, que saem muitos estudantes daqui a Passo Fundo, e nós não temos aqui uma terceira via nem na subida, e nem nas curvas perigosa, e é muito pouca curva, foi feito muito pouco a meu ver, até a Sul vias, indo a Porto Alegre, tem terceiras vias em vários lugares, mas daqui a Passo Fundo nós não temos em lugar nenhum, então eu gostaria que houvesse na 285, até porque eu vejo que as praças de pedágio pegaram na minha condição de dizer, pegaram o filé, pegaram as cidades onde centraliza o maior movimento mas nos trechos que tem menos, isso está no contrato, não tem culpa, isso aí é o estado que não colocou e não sei porque, eu gostaria que toda a 285 até Uruguaiana, Vacaria, hoje não é até Vacaria, é Bom Jesus, e quem sabe daqui uns dias até São José dos Ausentes, até Santa Catarina, houvesse praças de pedágios, com preços acessíveis e para dar melhores condições para os usuários e que o Rio Grande do Sul realmente cresça bastante, porque hoje o único meio de transporte que nós temos ainda é o rodoviário, muito obrigado Dr. Paulo pelos esclarecimentos, não sei se vossa excelência quer colocar alguma coisa sobre as minhas tristezas que eu coloquei aqui a vossa excelência, mas não é magoa pessoal, nem com a Coviplan, nem com ninguém, isso é um desabafo que eu faço; **Dr. Paulo de Macedo Silva;** eu acho que o senhor tem toda razão, o Rio Grande do Sul e o Brasil de modo geral, as pessoas hoje elas estão muito sofridas, realmente é uma carga tributária muito alta, quer dizer se trabalha muito para pagar imposto, e a gente não recebe a contrapartida, em serviços adequados, digamos assim, então acho isso é razoável que o senhor coloca, e isso mesmo que acontece, e o que a gente pretende com essa modificação do programa é minorar essa dificuldade, eliminar esse passivo que existe, com as concessionárias, que o estado tem com as concessionárias em decorrência daqueles atrasos digamos assim, se não fosse aquilo, veja, podia ter uma redução tarifária maior, agora, podia ter um conjunto de obras mais significativo ainda do que já são agora, do que essas novas obras, se a gente tivesse conduzido esse contrato com bom senso, mas não houve isso, você tem toda razão, as pessoas estão cansadas de pagar, e a gente esperava que não precisasse pagar pedágio, porque a gente paga tanto imposto, isso é obrigação do estado, mas em relação aquela situação que nós vimos ali de arrecadação, lamentavelmente a gente não vai ter esse retorno por parte da união, do estado, não vai ter porque até que se mude aquela situação, que se inverta aquela curva, que a união passe a gastar menos do que arrecada, aí começa a sobrar dinheiro, aí então se pode investir na medida em que o estado pudesse investir, não precisava de pedagiamento privado, lamentavelmente é isso, agora vou lhe dizer o seguinte, é uma tendência no mundo inteiro, a Alemanha em 2005, que é um país muito adiantado, que tem aquelas rodovias muito importantes de alta velocidade na Alemanha não tem nem limitação de velocidade nas rodovias, a pessoa pode andar a 150 quilômetros, ela passou de 2005 em diante a cobrar pedágio dos veículos de carga, isso nunca houve, agora a partir de 2005 começou a cobrar, porque o próprio estado alemão apesar de toda capacidade que tem em termos de arrecadação, Alemanha é uma potência, também não está conseguindo resolver sem cobrar pedágio, então eu lamento que nós vamos conviver por longos anos ainda com esse sistema, de financiamento direto com o usuário, agora o governo federal já está estudando novos trechos de rodovias a ser licitadas, é porque não tem saída mesmo, eu costumo dizer, a 118 ali perto de Porto Alegre, é um caos aquela rodovia ali, e ela está precisando de duplicação, estado está duplicando dois quilômetros por ano, nós vamos levar 30 anos para duplicar um trechinho de 15 quilômetros, é terrível, puxa vida, será que os governos, os vários governos, não estou me referindo há um em particular, será que não quiseram, quiseram fazer as pessoas sofrerem com aquela rodovia ali, rodovia perigosa, a 122, essa rodovia do pedágio comunitário, que é uma rodovia duplicada, é a campeã de acidentes do estado, até 31 de outubro de 2008, ela teve 585 acidentes, com 1129 veículos envolvidos, e 27 mortes, no trecho duplicado, o senhor sabe porque? Porque ali o modelo só constrói e não conserva, então não adianta só construir, tem que conservar, porque senão, as fotos ali mostraram, esta cheia de trilhas de roda, as pessoas aquaplanam e morrem, simplesmente; **Presidente Vereador Luiz Leite;** Vereador Felipe Sálvia; **Vereador Felipe Sálvia;** saudar o palestrante, Dr. Paulo de Macedo da Silva, saudar o presidente da Coviplan, Sr. Rubens Lima, saudar também o meu amigo José Luis Espanhol, ex-prefeito de Carazinho, homem que me lançou na política, em 88, excelente a forma do palestrante explicar, e eu vim preparado com um monte de pergunta, porque há tempos que eu venho preocupado com essa discussão dos pedágios no estado, mas já me respondeu, eu estava preocupado, porque estavam, dando um desconto no aumento, mas estavam aumentando em janeiro, já me respondeu esta, mas agora quero saber Dr. Paulo, é legal prorrogar os contratos sem licitação; **Dr. Paulo de Macedo Silva;** vou lhe responder isso, que isso é uma questão; **Vereador Felipe Sálvia;** antes disso Dr. Paulo, eu gostaria também de saber qual a diferença que existe entre os contratos de concessão de rodovias privadas, e os de concessão estatal, esses comunitários, porque eu fiquei preocupado aqui quando o senhor explicou, que 20% deste de Coxilha, só 20% do que se arrecada ficou ali, o resto foi para o caixa único, e eu passo seguido ali, então me explicava um vereador da região esses dias, que em 16 anos, senhores vereadores, eles não fizeram 40 quilômetros de melhorias naquela região, essa é minha preocupação, uma perguntinha aqui, porque os pedágios nas rodovias privadas são mais caros nas rodovias que as comunitárias, já me respondeu por cima, gostaria que me explicasse melhor; **Dr. Paulo de Macedo Silva;** eu vou

começar a lhe responder Vereador Felipe Sálvia, sobre a questão da legalidade e da questão da licitação, todo sistema de pedagiamento de concessões rodoviárias no Brasil, ele começou a partir de 98 com a constituição nova, que trouxe no artigo 175, dizendo o seguinte: os serviços públicos podem ser prestados de forma direta, pelo estado, ou por particulares, na forma de concessões, permissões e autorizações, mediante licitação na forma da lei, essa é a essência do artigo 175 da constituição federal, esse artigo foi regulamentado justamente pela lei federal 8987 de 95, e se aplicam às concessionárias, essa legislação se aplica, essa legislação é específica das concessões, porém quando se trata de licitação, que a lei, o artigo da constituição federal manda fazer mediante licitação na forma da lei, ela então remete para lei de licitações, e foi o que aconteceu, lá em 97 fizeram as licitações normalmente, foi feito o edital, foram feitas leis autorizativas, que a lei estadual do Rio Grande do Sul assim o exige, e foram assinados os contratos, o edital de licitação das nossas concessões aqui no Rio Grande do Sul, previa no item três, o seguinte, as concessões serão feitas pelo prazo de 15 anos, podendo ser prorrogadas por idêntico período, isso está lá no edital de licitação, então porque esta lá, é preciso que estivesse no edital porque aquelas pessoas que participaram da licitação, as empresas, tinham direito de saber, quais eram as condições, da licitação, quero dizer, guardar a isonomia entre os licitantes, então estava lá no edital, que é período de 15 anos, podendo ser prorrogado por mais 15, há um princípio jurídico que diz da vinculação do edital com o próprio contrato, ou seja, o edital de licitação faz parte do contrato, então sobre o ponto de vista da legalidade de prorrogar sem nova licitação é porque isso já estava autorizado no edital inicial, não há problema nenhum, de outro ponto de vista, a questão da prorrogação, em razão desses desequilíbrios todos, que o contrato tem, como poderia resolver isso, sem prorrogar os contratos, é muito simples, a forma mais direta de resolver um desequilíbrio contratual, é fazendo a revisão da tarifa, é a forma clássica, revisa a tarifa, ou seja, aumenta a tarifa, só que do ponto de vista social, ninguém hoje admitiria aumentar ainda mais as tarifas que todo mundo diz que são tarifas caras, e as pessoas têm razão porque elas que pagam, arde no bolso de quem paga, então as nossas aqui não são as mais caras do Brasil, mas isso não importa, a gente paga as tarifas aqui, não paga as tarifas de São Paulo, que são mais caras ainda, poderia resolver, revisando a tarifa, mas aí ninguém admite, ninguém concebe, que no momento que nós estamos precisando reduzir as tarifas que a gente fosse aumentar as tarifas, existe um outro princípio que são dois princípios doutrinários, que é o do equilíbrio do contrato, que também é lei, e o princípio da modicidade tarifária para o usuário, ao combinar esses dois princípios, a questão do equilíbrio do contrato, e a necessidade de manter a modicidade tarifária para o usuário, isso indica que a gente então devesse, em vez de revisar a tarifa, em vez de aumentar a tarifa, dar um prazo adicional no contrato, porque isso está previsto no edital e é possível fazer, então não há problema nenhum com a legalidade da prorrogação, não sei se o senhor quer ver o comparativo ali, o senhor me fez a seguinte pergunta, porque o pedágio estatal é mais barato que o pedágio concedido, então eu quero voltar um pouquinho nas laminas, os pedágios estatais eles nasceram aí, aí estão os fundamentos legais, são os decretos 34417/92 e o decreto 35112/94 desde essa época existe esses pedágio estatais, RS/ 135, trecho Passo Fundo /Erechim, 239 que é Novo Hamburgo/ Sapiranga, RS /122 que é São Vendelino a Rincão do Cascalho, e a RS/ 240 esses são os pedágios estatais onde nós vimos aquela aplicação de 19 % da arrecadação, 32 e 59, passa a lamina seguinte faz favor, em razão dessa pergunta, Vereador Felipe Sálvia, ela ser reincidente, várias vezes, eu me obriguei a fazer um estudo desses decretos, para saber como se chegava nessa tarifa do pedágio estatal e como se chegou na nossa, a nossa foi fixada por edital, mas essa aí é do pedágio estatal, aqueles primeiros decretos 92 estabeleceu unidades de pedágio em dois mil reais, dois mil cruzeiros, naquela época a moeda era o cruzeiro, o de 94, já tinha uma divisão já por mil daquela inflação que nós tínhamos galopante, de tempo em tempo dividia a moeda por mil, cento e cinqüenta e seis cruzeiros, era idêntico, o valor idêntico, problema da época, a cobrança pelo número de eixos foi estabelecida unidade de pedágio, que era 0,53 reais, isso já em 94, já no plano real, essa...em fevereiro de 96 corrigida passou a 0,75 e a tarifa básica dos veículos comerciais, era 0,75 vezes 1.77 que era aquela relação inicial entre eixos, vezes dois que era o número de eixos, então a tarifa básica do veículo comercial, era dois reais e cinqüenta centavos, esse do pedágio comunitário, é a mesma do nosso contrato original, dois e cinqüenta, e a tarifa efetiva o senhor considerando ida e volta, cinco reais, que era do nosso contrato, e a dos veículos de passeio, o mesmo cálculo, três reais, isso era do nosso contrato original e é do pedágio comunitário, porque a nossa tarifa hoje é cinco e quarenta em dois sentidos, e a do pedágio comunitário quatro e oitenta, porque ela foi usada pelos vários governos, como uma medida de política, então não se reajustou a tarifa, o decreto que criou manda reajustar a tarifa, não se reajustou, porque como isso está na mão do governo, o governo sabe quando tem que reajustar, quando não tem que reajustar, então ele não reajustou, então houve uma defasagem, mas a tarifa básica é exatamente, sem tirar nem por, a mesma dos pedágios privados, só que os pedágios privados, mal ou bem, com brigas judiciais e tudo, acabaram sendo reajustados, e a do pedágio comunitário não foi, essa é a explicação; **Presidente Vereador Luiz Leite;** com a palavra o Vereador Paulino de Moura; **Vereador Paulino de Moura;** senhor presidente, colegas vereadores, imprensa escrita e falada, ao Dr. Paulo, ao Sr. Rubens. Diretor presidente da coviplan, ao Dejar, uma satisfação tê-lo na casa do povo, ao José Luis Espanhol, ex-prefeito desse município de Carazinho, e os demais engenheiros que acompanham o Dr. Paulo, eu gostaria antes de fazer alguns questionamentos, que basicamente vossa excelência oportunizou aos demais colegas terem essa visão, de que o senhor conseguisse para mim, a lamina onde está a situação do acesso de Carazinho no quilometro 174, só isso me faz ficar muito feliz, e eu creio que estou aqui falando em nome da bancada do PTB, em nome do Vereador Antonio Azir, presidente na época, onde sete pessoas perderam as suas vidas com o trevo que hoje é Leonel de Moura Brizola, chamado trevo do baixinho, onde ele está hoje da forma que está, e como era antes, só aí já me deixa feliz, porque ali não se perdeu mais vidas, num acidente só foram ceifadas sete vidas, então eu quero deixar introduzido esta situação, e dizer que para mim ficaram algumas dúvidas, alguns questionamentos que eu gostaria de fazê-lo e vou resumi-lo, e o senhor poderá me responder no conteúdo das perguntas do questionamento, se eu passar mais de uma vez no mesmo dia nas praças de pedágios, eu vou pagar em todas as vezes que eu passar? É uma pergunta que eu gostaria de fazer e se pudesse me responder elas todas juntas, porque não dar descontos para os moradores cujo os carros estão emplacadas nos municípios que tem praças de pedágios? Seria o segundo questionamento, os municípios, se beneficiam tributariamente com a cobrança de pedágio,

em caso afirmativo isto acontece nos dois modelos existentes, estatal e privado, e dizer a vossa excelência, que com muita satisfação, e a imprensa aqui presente, o conteúdo que a vossa excelência passou para nós, fez todos os vereadores sem exceção, estar focado no que o senhor estava falando, porque isso, porque a sociedade quer uma resposta, o povo quer uma resposta, e nós como legisladores e representantes dessa sociedade, estamos aqui buscando subsídio para que nós possamos ter uma posição referente ao duplica RS, a renovação ou ampliação das concessões de pedágio no rio grande do sul, então quero dizer a vossa excelência que eu estou muito feliz, porque eu conheço a casa e nós nos conhecemos, um assunto que poucas vezes teve a atenção do poder, dos legisladores, para pegar bem o que vossa excelência estava explanando, então eu gostaria de ter essas respostas, para que a gente possa entender ainda melhor, a primeira ainda o senhor já me deu uma pincelada, mas eu gostaria que vossa excelência nos colocasse a par de mais esses questionamentos; **Dr. Paulo de Macedo Silva;** pois não, eu vou tentar ser bem breve, para não tomar tanto tempo dos senhores, mas queria lhe dizer primeiramente o seguinte, que o interesse dos vereadores de Carazinho é mais do que legítimo, porque esse deve ser o interesse, deveria ser o interesse de todos os legisladores, seja os legisladores municipais, os estaduais, porque são os legítimos representantes do povo, então pelo amor de Deus, acho que isso é uma iniciativa altamente louvável, de que os vereadores procurem saber, procurem se informar e procurem trazer esse esclarecimento para a sociedade, já que nós temos um regime de representação, nosso regime, então como é difícil falar com todas as pessoas, então pelo menos que se fale com os legítimos representantes que são os vereadores, a questão das laminas, das transparências, eu já lhe informo que eu pedi que fosse copiado no lep top ali toda a apresentação, ela ficara disponível para todos os vereadores, portanto na íntegra, com relação ao que o senhor se referiu, pagar uma vez por dia, em cada praça de pedágio, isso é a lei da multipassagem, essa lei só existe no rio grande do sul, em nenhum lugar do Brasil existe a lei da multipassagem, nem nos pólos estatais, só existe nos sete pólos concedidos, que isso esta na lei original de criação dos pólos, e isso foi preservado ao longo do tempo, tantas alterações foram feitas nos contratos, para pior algumas delas, mas essa foi mantida, felizmente, então a pessoa passa em cada praça de pedágio, em cada sentido de trafego, o senhor passa uma vez na ida e na volta, pago a tarifa, pago metade da tarifa na ida e metade na volta, daí em diante, tantas vezes quantas o senhor quiser passar na mesma praça de pedágio, ou tiver necessidade de passar, por questões profissionais, de trabalho ou de lazer, não pagará a tarifa de pedágio, não pagará, as pessoas só pagam uma vez por dia, por sentido de trafego, em cada praça de pedágio, isso é lei, e as concessionárias respeitam rigorosamente isso, com relação ao desconto, é uma pergunta interessante, porque não são isentados os veículos dos municípios daquelas cidades que tem praças de pedágios, bem, vou lhe dizer, a conta é uma conta aritmética do fluxo de caixa, de um lado receita e de outro lado despesa, quando o estado previu os pólos de pedágios, e depois quando reformulou, mesmo agora, não previu conceder esses descontos, essas isenções, porque toda vez que se concede isenção para uma classe determinada de usuários, os outros tem que pagar a diferença, quer dizer, por outro lado, se fossem isentados esses veículos, ou os outros teriam que pagar, teria que aumentar a tarifa para os outros, ou teria que reduzir as obras e investimentos, porque desequilibra a equação contratual, isso é um numero significativo, se considerar todos os municípios que tem praça de pedágio, são cerca de 27 praças do programa estadual, seriam 27 municípios com todos os seus veículos isentos, isso já foi tentado antes, no ano de 2000, foi aprovada na assembléia legislativa a lei 11.460 que fazia justamente essa isenção, mas tem um dispositivo na constituição estadual do Rio Grande do Sul, é o parágrafo 4º do artigo 163 da constituição do estado do Rio Grande do Sul, e tem uma lei federal que é a lei 9.074 de 95, cujo artigo 35 reza exatamente o que reza no parágrafo 4º da constituição estadual do Rio Grande do Sul, e diz o seguinte: é vedada a concessão de benefícios a uma determinada classe de usuários, sem que a tarifa de pedágio concomitantemente aos benefícios concedidos ela seja aumentada para os demais usuários, então duas limitações, uma de ordem econômica e financeira, que desequilibra a equação contratual, teria que aumentar a tarifa para os outros ou reduzir obras, e a outra é uma vedação legal, da lei federal e da lei estadual, tanto que essa lei 11.460 que foi votada em 2000, ela acabou, o próprio parlamento do rio grande do sul, acabou se dando conta que era inconstitucional e ilegal e através da lei 11.514 , 84 dias depois revogou a primeira por inconstitucionalidade e ilegalidade, com relação aos benefícios tarifários do ISS, a grande maioria dos municípios, recebem 5% da arrecadação tarifária bruta das concessionárias, isso claro depende da legislação municipal, mas a grande maioria, acho que 99,9% dos municípios beneficiados e são mais de 100 municípios beneficiados, a alíquota é de 5%, que é o limite, a lei federal estabeleceu em 5%, bom esse imposto que é recolhido pelas concessionárias é calculado sobre a receita bruta, e é distribuído conforme a lei federal, ou seja, proporcional a extensão que cada município tem na rodovia, é feita a arrecadação geral, calcula a extensão, claro que os municípios que tem uma extensão maior na rodovia recebem mais, isso não acontece nos pedágios estatais, porque os pedágios estatais não pagam ISS, eles são isentos de tributação, e também não pagam os impostos de contribuição federais, imposto de renda, contribuição social, contribuição social sobre o lucro, essas coisas eles não pagam, não há recolhimento, então só nessa diferença, os pedágios estatais já levam, digamos assim, uma vantagem da ordem de uns 20% em relação aos pedágios privados, eu acho que respondi as suas perguntas? **Vereador Paulino de Moura;** sim, só para complementar ela, eu gostaria de saber se o senhor tem a informação de que o município de Carazinho, qual é o valor arrecadado; **Dr. Paulo de Macedo Silva;** pois é, essa talvez o nosso presidente possa; **Vereador Paulino de Moura;** eu queria se pudesse o Doutor Rudi falar para mim assim o quanto é arrecadado, essa arrecadação quanto é dos veículos do município de Carazinho; **Dr. Paulo de Macedo Silva;** entendi a pergunta; **Vereador Paulino de Moura;** o que eu quero saber, o valor é seiscentos mil, um exemplo, pratico, eu queria saber se tem a possibilidade de me informar quantos veículos de Carazinho e o valor que os veículos de Carazinho arrecadam; **Dr. Paulo de Macedo Silva;** eu acho que esse levantamento ele até pode ser feito, porque há registro de numero de placas, não há? Do ISS, eu lhe diria o seguinte, como não existe esse registro de placa pe difícil dizer, mas em se tratando da rodovia BR 386, eu acho que há muito trafego, que não é da localidade, a maioria do trafego, eu diria que nas outras praças cerca de 70% do trafego são de outros municípios, então na verdade, ai há uma arrecadação sobre veículos de outros municípios cujo imposto é recolhido para Carazinho, isso sim; **Presidente Vereador Luiz Leite;** continua com a palavra os senhores vereadores,

se alguém mais deseja se pronunciar, Vereador Jaime Fragoso; **Vereador Jaime Fragoso**; quero cumprimentar inicialmente o Dr. Paulo, presidente da associação das concessionárias, e também o Dr. Rubens presidente da coviplan, meu amigo espanhol, e os demais engenheiros que o acompanham, os colegas vereadores, presidente da câmara, funcionários da casa, imprensa também, falada, escrita, e dizer ao Dr. Paulo que eu trabalho na área de transportes a 22 anos, eu participei desde a implantação dos pedágios, que houve um movimento muito grande contrário, e muitas questões a gente debateu, naquela época, a gente sabe que o governo ele não é competente em termos de todos os impostos que a gente paga, que é excessivo, e não tem retorno principalmente do governo federal, e eu tinha sempre dois questionamentos, primeiro a injustiça daquela RS que liga do Tio Hugo a Passo Fundo, que é a concessionária Coviplan que mantém, e não tinha uma praça de pedágio, porque no meu entender prejudicava Carazinho, porque quem esta no Tio Hugo, geralmente esta indo para a região de Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso, não passava pela cidade de Carazinho ia por Ronda Alta, e eu vejo esse novo modelo de contrato que vai haver uma praça de pedágio, então já fico feliz por isso, porque a gente vai continuar trabalhando na área de transporte e eu sei que Carazinho vai ser contemplado em cima disso, também sobre os valores dos pedágios, que vão ser diminuídos, também eu tinha esse questionamento, e por experiência para dizer para os colegas vereadores e pessoas que se encontram, daqui de Carazinho até Rio Grande são exatamente 600 quilômetros, indo por Santa Maria ou indo por Porto Alegre, tem empresas que tem frotas preferem ir por Porto Alegre eu não sei exatamente, deve dar uns 10 ou 12 pedágios indo por Porto Alegre, indo por Santa Maria deve dar uns dois ou três pedágios, mas preferem ir por Porto Alegre, porque o custo financeiro, no fim, vamos dizer de 30 dias, ele é bem menor, é um custo benefício, ou seja, menos oficina, pneu, eu não vejo hoje, por questão, claro, de competência do governo ou não continuar o pedágio, nós vereadores aqui lutamos muito na RS que liga Carazinho a Não me Toque, se não me engano é a 142, onde foi uma luta para nós colocar um quebra-mola, ali na entrada de dois bairros, onde o secretário de obras teve que fazer um ajuste, uma autorização, do DAER, para que o município fizesse o quebra-mola porque o DAER não tinha condições, eu estava me lembrando que há dois anos atrás, participei de uma reunião, se não me engano dois anos atrás, com o ex-governador o Rigotto, juntamente com o colega Vereador Déio, o deputado Marcio Biolchi, deputado, o pai do Marcio Biolchi, o Biolcão, onde, aqui em Carazinho chamam de Biolcão, podem rir mais é verdade, é Biolquinho e Biolcão, eu tinha essa intimidade com eles, mas onde ele pediu junto comigo, o Vereador Déio estava junto pode concordar, aquela RS que liga de Não Me Toque, a Lagoa Três Cantos, que quando fizer aquela RS vai beneficiar Carazinho, estamos lutando há muitos anos e não tem condições e o governo não tem, a situação financeira do estado não tem como fazer, então eu vejo com bons olhos essa reforma do contrato, da para se dizer, porque? Primeiro lugar vai chegar em 2013, Paese, vai vencer o contrato, sabemos que o estado tem, uma dívida grande com as concessionárias, não vai acabar o pedágio, vamos se dizer que vai continuar o mesmo contrato de manutenção, ai nós vamos ficar chupando o dedo com todas as melhorias que nós podemos ganhar, ou seja, Distrito industrial, nada vai se fazer, algumas rodovias, terceira pista, e vai continuar o mesmo contrato de manutenção, vai se fechar os olhos, e o mesmo contrato, não vai se fechadas às concessionárias dos pedágios, simplesmente isso, e dizer Vereador Vilson Paese, que o senhor falou umas palavras sabias, quando disse que o governo é incompetente, eu penso que nós não deveríamos que ter plano de saúde se o governo fosse competente, nós não teria que ter praça de pedágio se o governo fosse competente, creio eu que esse projeto vai ser aprovado, eu penso e sou bairrista, penso na cidade de Carazinho, porque a própria Aurora que decidiu se instalar em Carazinho não questionou nem um pouquinho sobre as praças de pedágios, uma decisão, não vi, porque participei de todas as reuniões e não vi nenhum questionamento sobre o custo da praça de pedágio, então seria isso mas eu quero deixar uma pergunta, eu tinha várias perguntas, mas como o senhor explicou muito bem, não tem como, quero saber do senhor porque algumas empresas transportadoras de cargas são contra o novo modelo de pedágio, seria isto; **Dr. Paulo de Macedo Silva**; bem rapidinho algumas observações, a questão dessas alterações em praças elas atendem especialmente as recomendações da CPI dos pólos de pedágio que aconteceu em 2007, isso era uma das recomendações que estão sendo atendidas agora, com relação à questão da ida para o porto, que preferem fazer, alguns transportadores um trajeto maior, em razão de que as rodovias são melhores, isso é realmente uma coisa efetiva, o instituto de pesquisa econômica aplicada do ministério do planejamento da União, ele fez um trabalho, não agora, lá no ano de 1980, dizendo o seguinte, quando as rodovias passam de mal conservadas para uma melhora na sua conservação, ainda que não seja a duplicação, mas apenas uma melhoria na conservação, acontece o seguinte com os veículos de transportes, eles gastam 58% menos em combustível, 38% menos em manutenção dos veículos, e economizam até 50% do tempo das viagens, mesmo que a gente não falasse em economia de combustível e manutenção dos veículos, só a redução do tempo das viagens todo mundo sabe que representa um caminhão que custa uma fortuna, um caminhão parado, custa muito, então essa redução há um retorno daquilo que as pessoas pagam como tarifa de pedágio há um retorno efetivo em economia para o transportador, o senhor me botou numa saia justa aqui também, me fez uma pergunta de porque eventualmente as empresas de transportes não aprovam o novo modelo, algumas delas pelo menos, eu vou lhe confessar que não sei, porque quando as rodovias melhorarem de qualidade, quando houver a duplicação, as Transportadoras de carga vão economizar mais, vão ter mais agilidade no envio dos seus veículos, vão ter redução de custos, a qualidade da rodovia vai aumentar, então se é um programa que melhora para o transportador eu não encontro uma explicação lógica porque ele é contra e a demais é o seguinte, o transportador de carga não paga pedágio, quem paga o pedágio somos nós, que consumimos as mercadorias, porque o preço do pedágio vai para o preço das mercadorias, e mais, ele não paga, não tira do bolso dinheiro porque ele recebe o vale pedágio obrigatório que é a lei federal 10.209 de 2001 os embarcadores, os donos das cargas, são obrigados por lei a entregar ao transportador o vale pedágio, existe um acordo de fiscalização entre o governo federal e o governo do estado, e ai eu sou obrigado a reconhecer para o senhor que as estruturas fiscalizatórias também não são aquilo que nós falamos, o DAER passou de 6.900 funcionários para 1.900, quer dizer a policia rodoviária estadual e federal tem quadros tão restritos e uma deficiência de equipamento que não conseguem fazer a fiscalização, a não ser no meu próprio caso que eu fui multado hoje na vinda para cá, hoje estava funcionando, ai fui pego em excesso de velocidade

eu estava com receio de chegar atrasado e vinha em velocidade maior e daí realmente veja como são as coisas, não tem fiscalização, mas para mim teve, me pegaram, então eu não sei dizer, não consigo lhe explicar qual a razão de eventualmente os transportadores não estarem de acordo, e digo mais, em todo o Brasil, há uma perfeita sintonia entre os transportadores de carga, confederação nacional dos transportes, associação brasileira de concessionárias de rodovias, e as concessionárias, menos no rio grande do sul, eu li agora recentemente um artigo na zero hora escrito por um empresário cujo título era assim: Cultura do impasse, então ele alinhava vários projetos no Rio Grande do Sul, que não foram para frente porque nós ficamos discutindo, discutindo se não tínhamos uma solução melhor, e aí entre todas as possíveis soluções adotamos a de não fazer nada, então isso é um mistério para mim, e se o senhor um dia souber eu peço que o senhor me conte; **Presidente Vereador Luiz Leite;** com a palavra Vereador Adroaldo De Carli pela ordem; **Vereador Adroaldo De Carli;** senhor presidente, senhores vereadores, saudação especial ao nosso convidado Sr. Paulo De Macedo Silva, que atendeu o convite aqui da casa, em vir aqui explanar sobre as concessionárias, rodovias, como presidente da associação gaúcha das concessionárias de rodovias, também uma saudação especial ao engenheiro Rubens, diretor presidente da nossa coviplan aqui de Carazinho, José Luiz Espanhol ex-prefeito, gerente geral da coviplan, demais pessoas que estão junto com os senhores aí, a nossa saudação, meu presidente do PMDB o Romano Guerra aqui presente, o Chico presidente do sindicato municipal de Carazinho, demais pessoas, muito oportuna essa sua explanação, Sr. Paulo, nós até como usuários eventualmente porque nós não estamos no dia a dia na estrada mas nós nos sentimos realmente muito seguros, por exemplo quando vamos a Porto Alegre, pagamos o pedágio até com satisfação, que a gente sabe que em outras épocas o prejuízo que nós tínhamos, o custo de manutenção, risco de vida, enfim, isso diminuiu e muito, então o custo benefício é uma vantagem muito grande e nos sentimos muito seguros quando nós trafegamos nessas vias que tem as concessões estabelecidas, mas por outro lado também a gente sabe do custo de quem está no dia a dia também empregando o seu trabalho nessas rodovias, e nós vemos também no caso aqui Carazinho/Passo Fundo, a gente utiliza muito também, a gente observa muita manutenção de estrada, mas segundo foi colocado e nós temos conhecimento aí que a prorrogação do contrato prevê investimento, então eu acho que é isso que o usuário quer ver, ele paga até com satisfação mas ele quer ver melhorias, melhorias é investimento algo mais, por exemplo uma duplicação de alguns trechos entre Carazinho e passo fundo que não tem nenhum, é isso que nós queremos, Carazinho a Sarandi, por exemplo, quantos trechos tem lá perigosos de curvas acentuadas e não temos nenhuma pista dupla, então esses são os casos que acho que nós queremos que a comunidade vai aprovar com satisfação a prorrogação, que contemple e ali parece que está contemplado vários trechos, assim como trevos de acesso, enfim em muitas localidades, empresas enormes que precisam ter um trevo de acesso que de segurança ao usuário dessa rodovia, então gostaria que o senhor pudesse nos colocar depois, qual o tempo previsto, se há um cronograma já estabelecido, fixo de datas, para esses investimentos, não só conservação, essas melhorias, se esse tempo é longo, há um cronograma ou não, se esse cronograma vai ser estabelecido após a aprovação, também, algo também que nos deixou bastante satisfeito, Sr. Paulo, o senhor falou que vai ser constituído um conselho de usuários, isso é muito importante, porque, eu fui presidente, diretor da eletrocar por um ano e meio, e lá nós tínhamos o conselho dos consumidores da eletrocar, que abrangia pessoas representantes das indústrias, do comércio, da comunidade, residencial, então o que é o conselho, o conselho tinha a autonomia de acompanhar planilha de custos, energia elétrica, toda vez que havia um aumento na tarifa nós estávamos lá explicando mostrando planilha, isso que eu acho importante, porque, que muitas pessoas falam de custos, mas não tem nem idéia do que é o custo quem sabe na manutenção da rodovia, quer dizer isso que é importante, ter sim um conselho constituído de usuários, e se esse conselho vai ter realmente essa autonomia de fazer esse acompanhamento, isso eu coloquei numa audiência pública que teve o ano passado, se não me falha a memória, ou o ano retrasado, que teve aqui nessa casa várias pessoas e transportadoras de todo o estado que houvesse realmente, exatamente esse conselho, e vejo com satisfação que esse conselho está sendo constituído, se vai ser um conselho que realmente vai ter autonomia, ou meramente um conselho figurativo, que aí também não diz porque existir, acho isso muito importante, inclusive lá na questão de energia elétrica a ANEL, que é a agência reguladora, prepara os conselheiros, faz fóruns, seminários, palestras, porque, para que o conselho realmente seja atuante, e realmente defenda o usuário, isso que nós queremos, isso que disseste, acho que está muito bem, e temos a certeza que o povo do Rio Grande do Sul vai ganhar muito com esse projeto duplique RS, que nós precisamos evoluir, está aí a preocupação para o futuro, é muito grande, não é pouca, é muito grande, onde 85% do nosso transporte é rodoviário e temos que nos preocupar é hoje, depois que o caos está instalado acredito que tudo é feito de qualquer jeito, de repente um custo muito maior, então é importante que se explique muito bem essa situação, e no mais nós não queremos ser repetitivos, os colegas já colocaram suas preocupações, as suas dúvidas, eram minhas também, e a gente quer dizer que realmente a explanação foi muito boa, muito válida, e acredito que Carazinho como tem esse pólo da coviplan em todas as rodovias que cercam a cidade, eu tenho algumas preocupações, claro que tenho, algumas são realmente difíceis de acertar, por exemplo porque Almirante Tamandaré e Chapada, por exemplo quando do acesso do trevo da BR até Carazinho não sei se dá 10 quilômetros, mas eles estão pagando pedágio, imagina quem está no dia a dia que via trabalhar, conhecemos um monte de pessoas de Carazinho que trabalha em Tamandaré, que trabalha em Carazinho, realmente é um custo muito elevado, para quem utiliza tão pouco espaço nessa rodovia, um trecho muito pequeno, mas gente sabe que não é fácil controlar tudo, mas acredito que quem parar para pensar, de transportadora entre custo e benefício realmente estão tendo uma vantagem, principalmente o que me alegria é ver um cronograma de investimento, é isso que nós queremos, o conselho do usuário vai estar lá também para dar o seu aval na questão das tarifas, muito obrigado; **Dr. Paulo de Macedo Silva;** eu vou também rapidamente lhe responder as questões, especialmente em relação a sua preocupação com o conselho de usuários, para dizer que, o projeto de lei tem cinco artigos, o 4º diz que a lei entra em vigor na data da publicação, o 5º diz que se revogam disposições em contrário, o 1º autoriza o poder concedente, então sobra o artigo 2º e o parágrafo único exclusivamente destinado ao conselho do usuário, então tudo, todas as alterações, estão nos anexos ao projeto de lei, mas esta alteração, está no corpo do próprio projeto de lei, o que demonstra a preocupação do estado que vai ao encontro da sua



preocupação, o artigo 2º diz o seguinte, cria o conselho de usuários, a ser constituído no âmbito de cada concessionária de rodovias, que terá como atribuição o acompanhamento da prestação de serviços concedidos, e da execução dos contratos de concessão a ser regulamentado por decreto do poder executivo, parágrafo único, o conselho de usuários será composto por representantes de organizações da sociedade civil, dos municípios, de entidades de empresas privadas, de transportes de pessoas e cargas, do executivo estadual, das concessionárias de rodovias, e das universidades, então é um conselho plural, com participação majoritária dos usuários, para , como diz o projeto, acompanhar a prestação do serviço concedido, que prestação é essa, esta prestação esta defenida na lei federal como a prestação do serviço adequado, a lei federal 8987, traz essa especificação, do que é prestar serviço de forma adequada, a lei estadual também diz isso, e aí específica, serviço adequado é aquilo que é prestado com continuidade, quer dizer o serviço publico não pode ser interrompido, com regularidade, com atualidade técnica, isso que o projeto pretende fazer através da modernização das rodovias, e da implantação que já esta sendo feita em todas as praças de pedágios, de sistemas de pagamentos eletrônicos de pedágio, o mais avançado que a nossa tecnologia e a nossa legislação atual permite, é a prestação de serviços atuais com cortesia na sua prestação, é isso que diz, e com modicidade tarifaria, a modicidade não implica dizer que a tarifa é cara, ou que é barata, modicidade tarifaria significa que o usuário precisa receber de volta em serviços, em melhorias, em qualidade da rodovia aquilo que ele paga como tarifa, então essa é a grande preocupação do projeto de lei; **Presidente Vereador Luiz Leite**; Vereador Gilnei Jarré; **Vereador Gilnei Jarré**; senhor presidente, senhores vereadores, quero cumprimentar o Sr. Paulo, presidente da Associação das concessionárias, presidente Rubens, ao diretor Espanhol, enfim todas as pessoas que nos assistem nessa noite, uma preocupação que a gente tem, como o senhor disse que o contrato que esta em vigor é de manutenção e conservação, e como o senhor disse também que vocês entendem que as tarifas são caras, da forma que estão propondo redução, investimento, qual é a certeza que nós temos que serão realizados todos os investimentos, se nós estamos reduzindo, e estamos investindo, o Vereador Adroaldo De Carli fez uma pergunta e o Senhor não respondeu, e esta dentro das minhas preocupações, existe uma proposta de investimento pelo que a gente sabe com termino em 2013, só não existe uma previsão de inicio para investimento, nós recebemos até da coviplan esse programa, e isso não consta também, e outra preocupação e até principalmente pelo senhor ser presidente da associação, e se dá para constar como reivindicação ou não, porque o eixo principalmente do veiculo de carga, é cobrado ele estando rodando ou não? e há uns anos atrás ele não era cobrado, depois que todos os camionheiros fizeram investimento tudo, aquilo deixou de existir, é claro que isso também diminui o custo do próprio veiculo, a gente entende também, e a outra pergunta como é que nós nos dirigimos, nós carazinhenses, para reivindicar, ou fazer alguma alteração dentro dessa proposta, porque nós não temos contemplados aqui o nosso trevo do Distrito Iron Albuquerque, e acredito que para nós carazinhenses é uma das principais obras para Carazinho, para o nosso desenvolvimento, obrigado; **Dr. Paulo de Macedo Silva**; o senhor não faz perguntas fáceis, o senhor não faz perguntas fáceis, ou por outra, perguntas que tenham resposta fáceis, deixa eu lhe responder aqui então, veja o seguinte, começar pela ultima pergunta que o senhor colocou a questão de reivindicação de obras, bem, como o projeto tramita dentro da assembléia legislativa, eu acho que a mecânica própria de qualquer reivindicação em relação a essa alteração contratual, o endereço seria a assembléia legislativa, os deputados, porque é lá, por uma questão de competência, de legalidade, lá que esta se fazendo o debate, e lá que já estão sugerindo modificações, alterações, isto esta sendo debatido, então eu acho que qualquer reivindicação relativa à questão de obras o ideal seria que fosse para o foro adequado onde esta se fazendo o debate do projeto de lei, que é a assembléia legislativa, agora não descarto a possibilidade do senhor dirigir um pedido à concessionária que poderá também levar ao DAER, mas hoje o debate esta se fazendo dentro da assembléia legislativa, então, porque veja, outro dia, eu estava debatendo com o Dr. Clóvis Asmann que foi prefeito de Feliz, e ele estava reclamando de uma questão pontual de obra, e eu disse a ele o seguinte, Dr. Clóvis, eu reconheço que o senhor tem toda a legitimidade para reivindicar, só que eu quero lhe argumentar também o seguinte, que um programa dessa envergadura com tantas intervenções, são intervenções em 600 quilômetros de rodovias, e com várias obras e acessos, intersecções, quer dizer, quem examinou as prioridades, que considerou, digamos assim para dizer quais obras deverão ser realizadas, foi o governo do estado, agora eu acho que isso, eventualmente pode sofrer uma negociação, às vezes pode haver, essa obra aqui é importante? É, mas essa outra em relação a visão da comunidade , porque é diferente, o DAER esta lá em Porto Alegre, de repente erra numa visão que a comunidade entende que uma outra obra é mais importante, então até isso seria possível, olha então está, põe essa aqui antes, contempla esta, transfere uma outra, ou elimina uma outra que seja menos necessária, isso eu acho que pode, um programa foi todo armado, é muito grande, não dá para mexer numa ponta sem mexer na outra, mas eu acho que isso não é uma inviabilidade, não vejo, é uma questão de conversar, de discutir, e de realmente poder alterar alguma coisa, tanto que os deputados estão propondo alterações, com relação a questão do eixo rodando ou eixo suspenso que também é uma questão interessante, e ai vem não só a questão do eixo suspenso e rodando, do caminhão vazio e do caminhão carregado, nenhum sistema de pedagogiamento no mundo inteiro é feito por peso, não tem como fazer isso, porque o senhor imagina Vereador Gilnei Jarré, que em cada praça de pedágio teria que ter em todas as cabines de cobrança teria que ter uma balança acoplada, agora o senhor imagina, chega uma fila de veículos, tem que parar para pesar, é totalmente inviável, em nenhum lugar do mundo onde existe pedágio existe cobrança por peso, existe por vários critérios, por critério de congestionamento, por critério de poluição, tem vários critérios, tem o chamado pedágio sombra que o usuário não paga, na verdade a concessionária conserva a rodovia, conta, e cobra a conta do governo, onde tem estados que tem recursos para isso, então como funciona no Brasil a questão de cobrança por eixo, porque no Brasil a cobrança é por eixo, pelo numero de eixos, independentes dos eixos estarem rodando, ou seja, em contato com o solo, ou não, independente do caminhão estar cheio ou vazio, essa seria a questão de com carga ou sem carga, seria outra inviabilidade, o senhor imagina caminhões baús, tem que parar, abrir o caminhão, dizer, não perai, tu esta carregado, perai eu estou com meia carga é vazio, é vazio ou é carregado? Isso demandaria, isso já foi examinado pelo judiciário, demandaria uma inviabilidade técnica, então quais são os critérios que foram adotados no Brasil, um critério geotécnico e um critério espacial, critério geotécnico diz respeito com o peso do veiculo impacto dos eixos dos

veículos no pavimento, quando é levantado um eixo do caminhão vazio ou carregado, o que acontece, há uma piora na distribuição do peso por eixo, e isso danifica mais a rodovia, então é preferível que o caminhão rode com todos os eixos no pavimento, seja vazio ou carregado, porque o impacto na rodovia é menor, o outro critério é de ocupação de espaço na rodovia, critério espacial, significa o que isso? Que aqueles veículos de carga que tem o maior número de eixos, são veículos normalmente mais longos, e mais largos, eles ocupam mais espaço da rodovia, e aí esgotam a capacidade viária, em determinado momento, então esse é o critério da ocupação de espaço, então já desde 69 o decreto federal 791 definiu que no Brasil a cobrança de pedágio é feita em relação ao número de eixos totais dos veículos, e não em relação aos eixos eventualmente rodando com caminhões vazios ou carregados, deixa eu ver uma outra questão, a questão que o senhor está preocupado e com razão, a questão dos investimentos, será que os investimentos vão ser feitos, quando começam e como vão ser controlados, primeiro existem esses investimentos que tem cronograma de execução determinado, então não tem como sair do cronograma, segundo isso vai ser fiscalizado pelo DAER e pelos conselhos de representantes de usuários, então não vai ter como dizer, não vou fazer o investimento, vou deixar para depois, não, vai ter que fazer dentro do prazo previsto, quando começam, certamente o senhor brevemente vai haver um anúncio dizendo o seguinte, os investimentos começam em janeiro de 2009, se, claro, o projeto for aprovado e o contrato for assinado, porque até lá não terá eficácia, mas é isso, então vai haver a garantia que os investimentos começam imediatamente, isso vai estar nos cronogramas de execução e isso vai ser controlado pelo DAER e pelo conselho de representantes de usuários, então acho que desta vez é para valer; **Presidente Vereador Luiz Leite**; Vereador Josélio Guerra, Déio com a palavra; **Vereador Josélio Guerra**; senhor presidente, quero cumprimentar todos os vereadores, Sr. Paulo Macedo, quero cumprimentar o sr. Rubens, Jair, os engenheiros da Coviplan, em especial o grande amigo Espanhol, a todas as pessoas que se fazem presentes na casa, imprensa enfim, o De Loreno que já se foi, não tive oportunidade de cumprimentar, vereador eleito, eu tenho perguntas bem objetivas, primeiro quero dizer para o senhor aqui do trabalho prestado pela Coviplan, é um trabalho exemplar, até porque este vereador, já inúmeras vezes esteve necessitando com carro estragado na estrada, moto que não paga pedágio, sendo rebocado independente do horário, a população de Carazinho não questiona o trabalho prestado, pelo contrário, o trabalho prestado aqui, estão de parabéns a Coviplan que é um trabalho exemplar, um trabalho muito bom, prestado para toda a comunidade de Carazinho, nós só temos a agradecer, a única questão realmente era a questão dos preços que agora a gente já, nesse novo plano, está sendo efetuado uma redução de 20%, eu estive numa oportunidade conversando lá com o seu Guilherme De Lucca, logo no início deste mandato, questionando, discutindo com ele algumas questões de relevância, que é a questão do trevo, do distrito Iron Albuquerque, questão do trevo da Ulbra, questão do que foi colocado pelo Vereador Paulino de Moura, questão da redução das tarifas dos pedágios, para a população de Carazinho, e também questão de seguranças algumas áreas que a Coviplan atinge aqui na nossa cidade, barreiras, enfim, e o Guilherme de Luca me passou, o senhor com muita propriedade já colocou antes, as questões de investimentos, que alguém tem que pagar pela conta, e de que no contrato passado, não existia essas previsões de investimentos nas questões dos trevos, até inclusive ele me mostrou lá, um croqui de um trevo da Ulbra com investimento de mais de dois milhões de reais, e que não existia uma previsão então para a construção deste trevo, mas o que eu gostaria de questionar o senhor é essa questão se vai existir nesse novo contrato alguma brecha para construção de algum trevo porque a Ulbra não existia quando iniciou a cobrança das praças de pedágios, não havia uma previsão de investimento, como também não havia o trevo do distrito Iron Albuquerque, são perguntas fáceis, acredito que não vai haver dificuldade, mas eu gostaria de voltar também na questão da redução das tarifas de onde a gente discutiu por mais de uma hora com o Guilherme, no qual fui muito bem recebido lá na Coviplan, cada vez que a gente vai lá fazer um questionamento, vai discutir alguma coisa, a receptividade lá é fora de série, atende muito bem a nós lá, então estão de parabéns, o que eu volto a esse assunto Vereador Paulino de Moura, porque fala que alguém tem que pagar a conta, mas eu gostaria de refazer essa pergunta que eu acho que o povo de Carazinho está pagando demais essa conta, conforme o Vereador Adroaldo De Carli colocou, um exemplo, ele colocou aqui, nós vamos aqui em Tamandaré, da 10 quilômetros, pagamos pedágio à gente gasta até menos com combustível, quem vai a Passo Fundo anda 10 quilômetros, a gente paga de novo, quem vai a Saldanha, eu estive lá questionando ele da questão de nós reduzir, eu sei que o vereador não tem essa prerrogativa, não pode, não existe a menos possibilidade disso, de fazer uma, tipo uma carteira do povo de Carazinho aqui, identificando cada morador e tal, para uma redução dessa tarifa independente se alguém tem que pagar essa conta, eu acho que o povo de Carazinho não deveria pagar toda essa conta, eu acho que as praças estão aí, tem quem ficar aí fazem um belo serviço, um bom serviço, mas a minha questão, eu me pergunto, essa questão de nós, uso como exemplo Soledade, quem sai de Soledade vem a Carazinho não paga pedágio, anda mais 100 quilômetros para lá, passa vários municípios e paga uma vez pedágio, então eles pegam um raio de 200 quilômetros quase e pagam um pedágio, e eu acho que o povo de Carazinho está pagando uma conta muito alta, na verdade por isso, teria mais perguntas para fazer mas os vereadores já questionaram, são perguntas fáceis Doutor O senhor a gente sabe que é sabedor, conhece muito bem da área; **Dr. Paulo de Macedo Silva**; a pergunta é fácil, a resposta que é difícil, vamos começar assim, o senhor colocou uma questão muito importante, a questão de tarifas é importante, mas tem outra questão, que eu acho que é capaz de ser mais importante, que é a questão das obras novas, eu ouvi críticas do seguinte teor, mas agora com esse contrato, porque a forma de fazer o ajuste é a prorrogação do prazo de contrato, porque está aumentando o volume de obras, aumentando a qualidade da rodovia, diminuindo a tarifa, mantendo a conservação e manutenção, pagando o passivo existente anteriormente com o estado, quer dizer, como é que faz tudo isso e ainda reduz tarifa, bom a tarifa então poderia ser reduzida por um percentual maior, bem isso é como a gente viu uma equação, é uma balancinha com dois pratos, trem coisas dos dois lados, mexeu de um lado a balança se inclina desequilibra, mexeu do outro a balança se inclina para o outro lado, então é um exercício de engenharia financeira digamos para conseguir colocar dentro desse contrato todas as questões, aí vem uma questão que é fundamental, que o senhor colocou, problemas de obras, como é, esse contrato vai ficar engessado, o estado vai ficar engessado, a sociedade vai ficar engessada, não vai poder mais alterar o contrato, não vai poder

reivindicar novas obras, daqui dez anos a capacidade da rodovia vai estar esgotada, vai precisar de mais duplicação, vai precisar de mais terceiras faixas, daqui a 15 anos vai ser pior ainda, daí não vão ser 162 quilômetros de duplicação, vai precisar 500 quilômetros de duplicação, como vamos sair disso, essa crítica aí é importante, e relacionado com a questão de obras, bom, como é que a gente responde isso, eu cheguei a mencionar que esse contrato é uma previsão da lei da constituição federal do artigo 175 e da lei 8987, a própria lei diz que esse contrato ele tem uma natureza jurídica diferente dos contratos que nós estamos acostumados, que são os contratos de direito civil, de compra e venda, de locação, de empréstimo, são os contratos que a gente faz, no dia a dia da vida da gente, esse contrato é diferente, tem uma natureza especial, porque tem uma natureza especial, porque o governo, o poder concedente, pode muito nesse contrato, e pode de maneira unilateral, se ele entender que precisa haver novas duplicações de rodovias, novas obras de ampliação de capacidade, novas terceiras faixas, acessos, pontes, viadutos, qualquer obra que o governo entenda necessária para atender a sociedade, os usuários, à fluidez de tráfego, que é um daqueles princípios de serviço adequado, está escrito na lei e no contrato, que o governo pode unilateralmente, sem que a concessionária possa se opor, pode mandar fazer essas obras, em qualquer momento, sem qualquer previsão, por causa da natureza especial do contrato, veja que esse não é um contrato de obra, contrato de obra, o objeto do contrato é a obra, o prazo é limitado há cinco anos, qualquer alteração de contrato exata limitado a 25% para cima e para baixo, existia, sempre existiu, mas veja, aí que eu coloco, a inexperiência de todos nós na questão das concessões rodoviárias, muito se confundiu o contrato de concessão com o contrato de obra que tem essas Limitações, não dá para fazer, o máximo que o contrato de obra admite é uma mexida 25% para cima, 25% para baixo, naquela obra específica, mas o contrato de concessão à lei diz que ele tem uma natureza diferente, e essa natureza é justamente a mutabilidade do contrato, pode ser mudado pelo estado a qualquer momento, então é essa a questão, pode, agora uma vez que o estado, o governo mande fazer as alterações, ele terá que dizer como é que financia, não é, via de regra, no mundo inteiro, o que se faz normalmente quando tem espaço, aumenta a tarifa, mas aqui nós não precisamos aumentar a tarifa, nós precisamos reduzir a tarifa, então fica complicado, alternativa que sobrou para pagar o passivo, fazer obras novas, reduzir 20% porque não reduz mais que 20? Tudo bem o número poderia ser 30, mas de onde sai o recurso para fazer o equilíbrio do contrato, esse é o problema, tem que haver essa indicação de fonte, o ganho da concessionária ele é limitado, veja que os contratos federais agora foi feito com uma rentabilidade menor, a TIR que eles chamam, a TIR do contrato, o retorno do contrato, bem os nossos contratos feitos há 15 anos atrás, ou há 10 anos atrás tinham uma a TIR maior, a TIR do segundo período agora foi reduzida, foi encolhida, para ficar nos padrões nacionais, então poder fazer pode, só tem que indicar a fonte do recurso, isso os senhores vereadores estão acostumados com isso através da lei de responsabilidade fiscal, quer dizer, o governo pode mandar fazer, só tem que dizer de onde sai o dinheiro; **Vereador Josélio Guerra**; só gostaria de agradecer ao senhor a explanação do Dr. Paulo Macedo, dizer que o senhor deu uma aula para nós, esta muito por dentro dos assuntos pertinentes dessa área, e dizer para o senhor que esse Vereador também é favorável a renovação desse contrato, porque eu acho que é necessário porque esta aí, esta provando, conforme o Vereador Jaime Fragoso colocou, faz parte do governo, que é do PSDB, colocou da questão do governo, que não tem condições, também vejo que não tem condições de fazer esse serviço, então dizer que sou favorável também; **Presidente Vereador Luiz Leite**; não havendo mais vereador que queira se reportar se me permitem um comentário bastante breve, devido ao adiantado da hora, primeiro lugar quero agradecer a todos os meus colegas, aos vereadores, por conceder e ficar muito atento a todas as explicações do Dr. Paulo sobre as praças de pedágio, e nos prendeu duas horas, entre as explicações, e as explicações com as perguntas dos nobres vereadores, agradecer o público que se faz presente, a imprensa, as pessoas que chegaram no decorrer dessa reunião, que se fazem presente também, dizer que realmente quando se travava alguns debates nessa casa com referência aos pedágios, acredito que se houvesse essa explanação há mais tempo, que a gente tivesse esta oportunidade de buscar este conhecimento através das suas explicações, acredito que os passos que seriam dados até a nível de estado e se fossem esses debates levados a outras câmaras espalhadas pelo nosso estado do Rio Grande do Sul, eu acredito que os passos seriam bem mais gigantes hoje na aprovação dessa concessão das rodovias através das praças de pedágio para o estado do Rio Grande do Sul, porque eu lembro quando eu viajava na empresa em que eu administrava, e viajava também para outras empresas, a dificuldade que a gente encontrava, era suspensão de carro, eram acidentes que tu via toda a hora, hoje acontece mas mais por imprudência, onde existem as praças de pedágios, era pneu estourando, era roda quebrando, então realmente o custo benefício que a conservação das rodovias vem nos trazendo a todos os condutores de veículos, de todas as categorias, é realmente fantástico, e o custo benefício maior ainda se diz respeito com a vida das pessoas, com a vida do cidadão, porque uma rodovia que nos oferece as condições de trafegabilidade que você possa se deslocar de uma cidade para outra a trabalho ou a passeio, e que te dá segurança para você dirigir com a tua família, ou pela tua empresa, ou profissionalmente trabalhando, com certeza ela te dá um resultado lá no final fantástico, que é a preservação da vida, acima de qualquer coisa, então eu acredito que se hoje analisarmos isso, a gente conversava muito com o Espanhol, antes da chegada do Dr. Rubens, e também com o Guilherme, e eu sempre fui muito transparente nas nossas conversas, dizia, eu sou favorável as praças de pedágio, o que eu não concordo é com o preço dos pedágios, o preço realmente ele é um pouco alto, mas como já está havendo esse ajuste nesse desconto de 20% eu acredito que ficara mais consoante digamos aquilo que os condutores de veículos e as empresas precisam, então eu digo aos senhores vereadores, ao público e imprensa aqui presente, de que, esta vinda sua hoje aqui Dr. Paulo, para nos fazer essa explanação, para nós, para a comunidade que aqui se faz presente para nós representantes da nossa comunidade é de uma valia muito grande, porque eu acho que daqui para frente cada um de nós pode conversar sobre as praças de pedágio e os benefícios que ela produzem para a nossa comunidade, e também para a cadeia produtiva, fica aqui o registro do nosso agradecimento a vossa senhoria, aos engenheiros, ao Dr. Rubens, aos demais servidores, ao Espanhol da Coviplan de Carazinho, fica o nosso agradecimento, agradecimento dessa casa legislativa e que esta concessionária continue prestando os bons trabalhos já relacionados pelos senhores vereadores que vem prestando a sociedade carazinhense, e também da nossa micro região, e outras cidades vizinhas, porque pessoas ligadas a mim,

minha família, já precisaram sim da assistência da coviplan, quando se deslocavam de uma cidade para a outra em viagem, e foram prontamente atendidos, e muitos amigos que nos ligam, e dizem o seguinte, vereador, ou Luiz, ou cidadão fulano de tal, que sabe que têm uma ligação mais chegada com a direção da coviplan, dizem o seguinte, estou aqui empenhado no quilometro tal, ou terminou a gasolina, ou estou com problema no carro, deu uma pane elétrica, e prontamente a gente entra em contato e é atendido, antigamente você tinha que encostar o carro, uma propriedade rural, e muitas vezes posar dentro dele como já aconteceu, com gente ligada a mim, para no outro dia quando amanhecesse o dia, tomar as providencias para se dirigir para casa ao encontro de sua família, então isso é muito importante, e eu parablenizo toda a equipe de trabalho da coviplan, seus servidores, seus colaboradores, seus funcionários, agradeço pelos trabalhos que vem prestando a comunidade carazinhense e região, meu muito obrigado, passo a palavra para as suas considerações finais, para que a gente possa dar andamento nessa reunião ordinária, que ainda temos as votações dos requerimentos, das moções e dos projetos que irão a votação nesta noite; **Dr. Paulo de Macedo Silva**; eu quero então finalmente agradecer o honroso convite que recebemos dos senhores vereadores, quero me colocar a disposição de todos para qualquer informação que desejarem, ficou a apresentação ai, eu pedi que fosse copiada, para ficar com os senhores, tem as indicações de telefone e e-mail, nós estamos a disposição, eu agradeço; **Presidente Vereador Luiz Leite**; eu só gostaria; **Vereador Vilson Paese**; antes do Dr. Paulo se retirar da mesa; **Presidente Vereador Luiz Leite**; uma consideração rápida; **Vereador Vilson Paese**; rápida, peço um tempo, não é nenhum a parte; **Presidente Vereador Luiz Leite**; que os líderes das bancadas conduzam o Sr. Paulo até o plenário da casa; **Vereador Vilson Paese**; obrigado presidente, quebro o protocolo e realmente, mas para que o Doutor Que estão aqui da coviplan, meu amigo Espanhol, e para que fique registrado nessa casa, e eu esqueci no momento, então muito obrigado por me oportunizar esse segundo só, quando um carro quebra, e a coviplan presta socorro, e a empresa que presta serviço, talvez é terceirizada, só chega até o trevo, então eu vou fazer um pedido em nome das pessoas que precisam, que leve até a oficina, e não deixe no trevo do baixinho, ou no trevo do amarelinho, leve esse cidadão que já esta aperreado como diz o nortista, e conduz até uma oficina, muito obrigado, só para que fique registrado, obrigado; **Presidente Vereador Luiz Leite**; nós aproveitamos a oportunidade e se a direção, os diretores e demais colegas da empresa coviplan quiser continuar assistindo esta reunião plenária que durara em torno de uns 15 a 20 minutos, que se sintam a vontade na casa do povo; nós retomamos aos trabalhos e estávamos nas discussões dos requerimentos, continua me discussão os requerimentos; **Vereador Jaime Fragoso**; questão de ordem senhor presidente, como foi bem explanado pelo Dr. Paulo, e tenho certeza que convenceu a maioria ou todos os nossos vereadores, eu proponho um requerimento verbal senhor presidente, de apoio a reformulação do contrato, então, com as concessionárias, que nós podemos no mínimo ficar com a consciência tranqüila, que Carazinho vai ser contemplado com o novo modelo de contrato, então eu proponho que seja colocado em apreciação do plenário um requerimento verbal de apoio que vá ate a assembléia, claro, aos deputados, sabendo que Carazinho, o poder legislativo de Carazinho, apóia o novo contrato; **Presidente Vereador Luiz Leite**; pois não Vereador Vilson Paese; **Vereador Vilson Paese**; eu acho que o requerimento verbal do Vereador Jaime Fragoso nesse momento é até intempestivo, nós ouvimos, isso vai ser debatido pela assembléia, mas acho que não cabe no momento aqui, ter um posicionamento aqui dos vereadores ate porque está toda a direção da coviplan aqui, e vai até inibir algum vereador que queira se posicionar contrario, nesse sentido; **Presidente Vereador Luiz Leite**; não, eu acredito que; **Vereador Vilson Paese**; não há necessidade desse requerimento; **Presidente Vereador Luiz Leite**; o pedido de requerimento do Vereador Jaime Fragoso, a mesa pode acatar e colocar em votação, pode mandar elaborar o requerimento e dá entrada, pode dar entrada; **Vereador Adroaldo De Carli**; senhor presidente; **Vereador Jaime Fragoso**; senhor presidente, a questão de ordem foi pedido para apreciação do plenário; **Vereador Adroaldo De Carli**; questão de ordem senhor presidente, eu solicitaria ao Vereador Jaime Fragoso autor do requerimento, colocasse por escrito então o requerimento e apresentasse na próxima reunião, para que de repente pudesse haver alguma emenda de algum vereador, uma analise mais profunda, afinal de contas é um tema a nível de estado, bastante polemico, acho que é importante que esteja bem exposto, escrito, para que algum vereador possa se posicionar com mais precisão nesse assunto, então acredito que temos tempo para apresentarmos, não vai ser votado imediatamente esse projeto, então que viesse esse requerimento por escrito, para que houvesse a manifestação pessoal de cada vereador ou quem sabe alguma emenda retificadora, obrigado; **Presidente Vereador Luiz Leite**; Vereador Paulino de Moura; **Vereador Paulino de Moura**; eu entendo que esse requerimento do Vereador Jaime Fragoso ele tem que ser expressado no papel, e votado hoje, explicarei, estará na próxima semana a votação do projeto que ora está em discussão, então se nós fizermos esse requerimento a semana que vem, ele não vai ter anuência nenhuma, já vai ter sido votada a matéria, então por isso que eu peço, que o plenário decida se quer o aceite desse requerimento do Vereador Jaime Fragoso, verbal, e que ele possa expressar isso no papel, e seja votado ainda hoje, seria o meu pedido senhor presidente; **Presidente Vereador Luiz Leite**; eu entendo, até para terminar com a polemica, se o vereador quiser, ele pode fazer o requerimento dele verbal, com o conteúdo, e após sendo aprovado, acho que não tem nada que impeça, depois vai redigir o requerimento, amanhã se encaminha ao órgão competente; **Vereador Adroaldo De Carli**; senhor presidente, acredito que o vereador esteja falando de uma moção então de apoio, e não requerimento, então moção de apoio ao projeto duplique RS, seria isso? Não tudo bem, então quando houver as moções vamos incluir essa do Vereador Jaime Fragoso, ai tudo bem, moção de apoio ao projeto duplique RS do governo do estado, duplique RS, moção de apoio , é isso Vereador Jaime Fragoso, agora esta bem, ai esta OK; **Vereador Vilson Paese**; Vereador Adroaldo De Carli, a intenção do vereador pelo que eu entendi, ai tem que ver o texto, se for para até o ano de 2023 a renovação, com promessa de melhoria, e não é só uma moção, é melhoria das estradas, se constar, mais 15 anos, já estou votando contra; **Presidente Vereador Luiz Leite**; Vereador Felipe Sálvia; **Vereador Felipe Sálvia**; senhor presidente, questão de ordem senhor presidente, o Vereador Jaime Fragoso foi bem claro, não é moção, é um requerimento pedindo para que o projeto de renovação dos pedágios seja aprovado com o aval dessa câmara, dessa casa; **Presidente Vereador Luiz Leite**; com regime de urgência; **Vereador Felipe Sálvia**; com regime de urgência, isto foi que ele pediu, que eu entendi, bota em votação quem quiser votar contra, quem quiser vota a favor; **Presidente**

**Vereador Luiz Leite;** deixa eu esclarecer, com licença senhores vereadores, eu acho que eu consegui deduzir o que o vereador quer, ele quer um requerimento, é uma moção, é uma moção, enviada a assembléia legislativa pelo que eu sei, dando apoio a renovação do contrato, é isso vereador? Então, se é isso aí, muito bem, então amanhã o senhor pode redigir esse documento se o plenário assim aceitar, essa moção, mas pode votar, pela sua, o senhor põe o conteúdo;

**Vereador Gilnei Jarré;** presidente; **Presidente Vereador Luiz Leite;** o senhor peça para sua assessora redigir o requerimento da moção e vamos tocar a nossa reunião, pois não vereador; **Vereador Gilnei Jarré;** só uma à parte, vamos colocar em votação, eu só sou favorável se incluir o trevo do Distrito Iron Albuquerque, se não sou, isso vai ser votado agora, o que vai mudar para Carazinho, vai mudar nada, quero saber de investimento para Carazinho, ponto final; **Presidente Vereador Luiz Leite;** continua em discussão os requerimentos apresentados pelos senhores vereadores; **Vereador Vilson Paese;** peço destaque desse requerimento; **Presidente Vereador Luiz Leite;** esta em discussão os requerimentos, não havendo vereador que queira discutir colocamos em votação, vereadores favoráveis permaneçam como estão os demais que se manifestem, aprovados os requerimentos em bloco por unanimidade, solicito ao senhor secretário para fazer a leitura do autor e o numero das moções que irão à apreciação e votação nessa reunião ordinária; **Secretário Vereador Adroaldo De Carli;** moção de nº 01 Vereador Paulino de Moura – PTB, do mesmo teor de nº 03 Vereador Adroaldo De Carli – PMDB; nº 02 Vereador Felipe Sálvia – PDT, de mesmo teor Vereador Vilson Paese – PDT; nº 04 Vereador Adroaldo De Carli – PMDB; nº 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12 Vereador Adroaldo De Carli – PMDB; nº 14 Vereador Vilson Paese – PDT; nº 15 Vereador Gilnei Jarré – PSDB; nº 16, 17, 18, 19 Vereador Gilnei Jarré – PSDB; nº 20 Vereador Felipe Sálvia – PDT e Vereador Josélio Guerra – Deio, PMDB; **Presidente Vereador Luiz Leite;** esta; **Vereador Jaime Fragoso;** questão de ordem senhor presidente; **Presidente Vereador Luiz Leite;** pois não vereador; **Vereador Jaime Fragoso;** questão de ordem, presidente, coloca em plenário votação de é de entendimento de todos os vereadores, a moção de apoio ao novo contrato de pedágio, em questão de urgência, que chegue até amanhã em Porto Alegre; **Presidente Vereador Luiz Leite;** vamos primeiro votar essas moções a mesa acata e logo apos colocaremos em destaque para discussão, esta me discussão as moções, não havendo vereador que queira discutir colocamos em votação, vereadores favoráveis permaneçam como estão os demais que se manifestem, aprovadas as moções com exceção do pedido verbal do Vereador Jaime Fragoso, da moção que ele apresenta, por unanimidade, esta em discussão agora sim, a moção verbal do Vereador Jaime Fragoso para posterior confecção desta moção, pelos senhores vereadores, esta em discussão, Vereador Gilnei Jarré; **Vereador Gilnei Jarré;** para justificar o voto, eu sou favorável a concessão, eu só gostaria que constasse investimento para Carazinho, primeiro, se constar no documento sou favorável, que invista em Carazinho, no trevo do Distrito Iron Albuquerque, e que haja uma previsão de investimento para o trevo da Aurora, porque depois ninguém faz mais nada; **Presidente Vereador Luiz Leite;** o senhor quer que conste isso na moção; **Vereador Gilnei Jarré;** se constar sem problema nenhum eu sou favorável, se não estou fora; **Presidente Vereador Luiz Leite;** na moção? Não há problema vereador, não há problema, pode constar, pois não Vereador Paulino de Moura; **Vereador Paulino de Moura;** entendo a preocupação do Vereador Gilnei Jarré, também acho que devera constar, porque isso é uma sugestão que a câmara esta dando para a assembléia legislativa, e ela vai tomar a decisão que melhor for, e ai nós temos que nos apegar nos nossos deputados, onde nós podemos Vereador Gilnei Jarré, solicitar isso, então eu acho que eu também aceito a ponderação do Vereador Gilnei Jarré, que deve se elaborar a moção nesse sentido também, de que a casa tem preocupação com algumas melhorias em Carazinho, obrigado; **Vereador Adroaldo De Carli;** senhor presidente, só para mim expressar a nossa atitude em relação a essa moção, realmente Vereador Paulino de Moura e Vereador Gilnei Jarré, eu também estou junto com vocês nessa questão porque nós temos que mostrar nessa casa a preocupação da comunidade de carazinho nessa questão de investimentos na questão rodoviária também, inclusive Vereador Gilnei Jarré não se sabe, mas futuramente poderemos ter quem sabe uma outra grande industria em Carazinho, nós teremos que fazer novos, e Carazinho tem duas Brs, quer dizer é bastante acesso, quem sabe teremos outras grandes industrias, empresas, enfim se instalando em Carazinho, que também merecem essa construção do acesso, então nos temos que ter esse cuidado, com a expectativa da aurora, e também o distrito Iron Albuquerque já esta aí, no mínimo que essas duas sejam contempladas no apoio dessa concessão; **Vereador Vilson Paese;** uma questão de ordem, retorno novamente, para que fique claro neste parlamento, dava prejuízo a Coviplan, todas as concessionárias, com prejuízo querem a prorrogação por mais 15 anos, sobre um cronograma de investimento onde diz qual o ano que vão investir e nós não temos esse conhecimento, é mais 15 anos, 2013 mais 15 anos, mais, no contrato consta que pode ser prorrogado sem processo licitatório, pode, não quer dizer que não seja feito, esse vereador, do jeito que esta aí, não concorda com o requerimento, com a moção que será votada agora, então eu acho que a assembléia tem que discutir muito bem, eu acho que tem que aparecer outros para que haja exploração e para que o povo ganhe mais, eu sou contrário a qualquer tipo de moção, obrigado; **Presidente Vereador Luiz Leite;** só para questão de contribuição, Vereador Vilson Paese, este projeto como é em regime de urgência, ele devera de ir a votação no inicio da próxima semana na assembléia, vai a votação, seria importante já que Dr. Paulo colocou aqui que a partir de janeiro de 2009 poderão começar a acontecer os investimentos, seria importante que esta casa, se manifestasse através dessa moção, para que a gente possa ter força e os futuros vereadores possam ter força de cobrar depois da concessionária os investimentos na nossa comunidade, como o trevo lá do distrito industrial Iron Albuquerque, o trevo da Ulbra, o trevo aqui, futuramente, se Deus quiser da Aurora, que deverá vir para Carazinho, vai vir, temos que pensar assim, vai vir, porque isso vai mudar o panorama econômico de Carazinho, e de muitas cidades da nossa região, e Carazinho precisa estar preparado para isso, para acolher os nossos jovens, para o mercado de trabalho que hoje o desemprego esta assolando não só Carazinho, mas nosso pais inteiro, então nós temos que pensar assim pelo futuro dos nossos jovens, dos nossos adolescentes, até porque tendo alguma coisa para se fazer, se mantém longe do mundo da perversidade e das drogas, então eu peço encarecidamente ao meu colega Vereador Vilson Paese, que nos acompanhe nessa votação, nos acompanhe também nessa moção de apoio a renovação desse contrato, porque os investimentos vão vir, tenho certeza que vão vir; **Vereador Vilson Paese;** senhor presidente, com maior respeito que tenho a vossa excelência, mas eu agradeço o teu apelo, o teu pedido, eu não tenho

condições de sair na rua depois, ser cobrado amanhã de eu ter dado esse apoio a moção, ter votado, quando eu sei que a minha comunidade, esta aprisionada, eu estou votando favorável agora para mais 15 anos, não, não posso, obrigado; **Presidente Vereador Luiz Leite:** Vereador Antonio Azir; **Vereador Antonio Azir;** senhor presidente, senhores vereadores, Carazinho como possui três praças de pedágio, é um pólo de pedágios, não poderia ficar fora dessa discussão, e creio eu que somente ouvir o que foi apresentado aqui, seria de pouca valia, nós temos que participar lá nas decisões, que é na assembléia legislativa, então esta de parabéns o Vereador Jaime Fragoso pela iniciativa, também os Vereadores Paulino de Moura, Vereador Gilnei Jarré, Vereador Adroaldo De Carli, porque nós precisamos sim de investimentos além dos investimentos propostos no projeto, creio eu que o trevo do novo distrito e também da aurora, é fundamental, de fundamental importância, porque se não estiver já pactuado, depois acontece como o da Ulbra, ninguém é responsável, nem quem constrói, nem a Concessionária, nem o DAER, e fica realmente sem acesso, creio eu que tenha que ser um requerimento, um instrumento via requerimento, porque a moção simplesmente parabeniza, simplesmente; **Presidente Vereador Luiz Leite:** requerimento de apoio, e também de comprometimento; **Vereador Antonio Azir;** não é de apoio, é um requerimento exigindo as melhorias para Carazinho e ao mesmo tempo manifestando o nosso apoio de aprovação de projetos se houverem esses investimentos aqui na nossa região, ai entra o nosso apoio, e quero dizer ao meu colega Vereador Wilson Paese, que eu também questiono e sempre questionei os pedágios, que o pedágio é irreversível, não existe mais como retornar a termos as estradas nas condições que nós tínhamos, isso é irreversível queiramos nós ou não, o pedágio vai continuar, então nós temos que tentar tirar proveito máximo de investimento para o nosso município também alcançar um desenvolvimento melhor, creio eu que esta praça de Ernestina tenha que existir sim, eles estão fazendo um movimento contrário lá, porque não é justo nós pagarmos o pedágio para manter uma estrada lá que não tem pedágio, não pagam nada, além de desviar muito o nosso fluxo de veículos, de movimentos de cargas e tudo por Ernestina, quando nós deixamos de ter aqui no nosso município todo esse movimento, obrigado; **Presidente Vereador Luiz Leite;** eu só gostaria de solicitar aos senhores vereadores, para que permitam que esse requerimento então, possa ser redigido se tiverem a paciência de esperar, hoje, pela compreensão, ou vai ser redigido amanhã com a aprovação já desse plenário; **Vereador Felipe Sálvia;** deixa a cargo da mesa fazer o requerimento, não tem problema, nós confiamos em vossa senhoria; **Vereador Jaime Fragoso;** só uma ultima questão de ordem, senhor presidente, ultima questão de ordem, senhor presidente só para ficar bem claro; **Presidente Vereador Luiz Leite;** eu gostaria ate, gostaria que o Vereador Antonio Azir, não sei que horas o Vereador Gilnei Jarré sai amanhã, pois é, Vereador Antonio Azir e demais vereadores que estiverem na casa amanhã, ajudem ao Vereador Jaime Fragoso a redigir esse requerimento dentro dos moldes que foi discutido para que a gente possa ter uma participação efetiva também na discussão da renovação deste contrato das concessionárias, para que Carazinho possa colher frutos no futuro, com a aprovação da concessão dos pedágios no nosso estado do Rio grande do sul; **Vereador Jaime Fragoso;** só mais uma questão de ordem, senhor presidente, só para ficar bem claro, algo muito lógico que nós temos que olhar, 2013 vence o contrato, e esse contrato esta só manutenção, foi falado pelo Dr. Paulo que já o governo do estado já houve estudo e realmente, é devido não sei quantos milhões que o estado deve as concessionárias, então quando vencer em 2013, é certo que eles vão conseguir mais dez anos pelo valor, porque o estado não vai repor, e nós vamos chupar o dedo e não vamos conseguir obras nenhuma porque o estado não vai ter condições, é isso ai e podem ter certeza que não tem outra para acontecer se não for isso; **Presidente Vereador Luiz Leite;** esta então em, já foi discutido, esta em votação o requerimento verbal do Vereador Jaime Fragoso, esta em votação, vereadores que concordam permaneçam como estão os demais que se manifestem, aprovado o requerimento do Vereador Jaime Fragoso por oito votos contra um; solicito ao senhor secretario para proceder a leitura do numero e da ementa dos projetos, bem como o autor dos mesmos, que irão a votação nesta noite, bem como o parecer da comissão de justiça e finanças e da ordem econômica e social; **Secretário Vereador Adroaldo De Carli;** quatro projetos de lei todos eles de autoria do executivo municipal, PROCESSO 2.280/227/08, Projeto de Lei Complementar 011/08, Autor: Executivo Municipal, Ementa: Dá nova redação ao Parágrafo Único do artigo 71, da Lei Complementar 07/90 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e revoga as Leis Complementares nº 116/07 e 127/08; PROCESSO 2.328/230/08, Projeto de Lei 152/08, Autor: Executivo Municipal, Ementa: Inclui meta nas Leis nº 6.256 – PPA 2006/2009 e nº 6.644 – LDO/2008 e autoriza abertura de Crédito Especial no Orçamento de 2008, no valor de R\$ 6.500,00; PROCESSO 2.373/236/08, Projeto de Lei 157/08, Autor: Executivo Municipal, Ementa: Autoriza a abertura de Crédito Suplementar no Orçamento da Câmara Municipal, no valor de R\$ 13.000,00; PROCESSO 2.372/235/08, Projeto de Lei 156/08, Autor: Executivo Municipal, Ementa: Autoriza concessão de auxilio financeiro para entidades, abaixo relacionadas; todos os quatro projetos contem os pareceres da comissão de justiça e finanças e da ordem econômica e social, o qual contem o mesmo teor, da comissão de justiça e finanças o presente projeto de lei complementar é constitucional e quanto ao aspecto financeiro nada a opor, esta devidamente assinado pelo Vereador Antonio Azir – presidente, Vereador Josélio Guerra – membro, e Vereador Gilnei Jarré – secretário; da comissão da ordem econômica e social também de igual teor dos quatro projetos, o qual o presente projeto de lei encontra-se apto a ser incluído na ordem do dia, esta assinado pelo Vereador Wilson Paese – presidente, Vereador Paulino de Moura – membro e Vereador João Batista Andrade – secretário; **Presidente Vereador Luiz Leite;** esta em discussão os pareceres da comissão de justiça e finanças bem como da ordem econômica e social dos referidos projetos de lei que irão a votação em bloco nesta noite, esta em discussão, não havendo vereador que queira discutir colocamos em votação, vereadores favoráveis permaneçam como estão os demais que se manifestem, aprovados os pareceres da comissão de justiça e finanças bem como da ordem econômica e social dos referidos projetos por unanimidade, esta em discussão os projetos de lei com os pareceres das referidas comissões já aprovados, esta em discussão, não havendo vereador que queira discutir colocamos em votação, vereadores favoráveis permaneçam como estão os demais que se manifestem, aprovados todos os projetos de lei por unanimidade; nada mais havendo a tratar, pois não vereador; **Vereador Antonio Azir;** eu gostaria da atenção de todos os vereadores, de dizer que a lei orçamentária de 2009 se encontra na casa para os vereadores que quiserem fazer uma análise, porque eu pretendo juntamente com o presidente, como presidente da comissão de justiça e finanças colocar na

próxima segunda-feira em votação o orçamento, inclusive não pode haver outro projeto daí na pauta de votação, e também se encontra na casa e peço a todos os vereadores que analisem para nós podermos votar na segunda feira, o novo plano diretor do município, plano diretor esse que foi avaliado por todos os bairros, feitas audiências publicas, e que muitos comerciantes, muitos empreendedores do nosso município estão pedindo também a sua aprovação, então eu peço a todos os vereadores, que nesta semana, tire um tempo, para dar uma olhada tanto no orçamento quanto no plano diretor, para que nós possamos votar na próxima segunda-feira, sim, seriam os dois; **Presidente Vereador Luiz Leite**; sim, mas nós vamos em acordo, fazer uma extraordinária e depois a reunião ordinária, então fica já marcada para a próxima segunda-feira a votação do orçamento do nosso município bem como o plano diretor numa próxima oportunidade, e logo após então a reunião ordinária; nada mais havendo a tratar e sob a proteção de Deus declaro encerrada a presente reunião ordinária, convocando os senhores vereadores para a próxima reunião ordinária a ser realizada dia 08/12/2008 às 18:30 minutos.

Vereador Luiz Leite  
Presidente

Vereador Adroaldo De Carli  
Secretário

A.L.